

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1126

DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO NA CHINA: CRESCIMENTO ACELERADO E DISPARIDADES REGIONAIS (da Revolução Comunista à Globalização)

Aristides Monteiro Neto

Rio de Janeiro, outubro de 2005

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1126

DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO NA CHINA: CRESCIMENTO ACELERADO E DISPARIDADES REGIONAIS (da Revolução Comunista à Globalização)*

Aristides Monteiro Neto

Rio de Janeiro, outubro de 2005

* O autor agradece as atentas observações e críticas feitas ao texto por Marcelo Piancastelli, da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos/DIRUR, e agradece também aos colegas da Diretoria de Estudos Setoriais/DISET, em especial a Luciana Acioli e João Alberto De Negri, pelo incentivo dado a este trabalho. Os erros porventura remanescentes são de inteira responsabilidade do autor.

** Técnico da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos/DIRUR do Ipea. Brasília, DF. E-mail: aristides.monteiro@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL 018, 038, R11, R12

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL: TRAÇOS HISTÓRICOS 2

3 A DIMENSÃO ESPACIAL DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS 12

4 ELEMENTOS DA POLÍTICA REGIONAL 29

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34

ANEXO 38

BIBLIOGRAFIA 42

SINOPSE

Este trabalho reúne algumas evidências da literatura sobre o desenvolvimento recente da economia chinesa. Seu propósito é mostrar o quão importante tem sido a intervenção estatal naquele país para nortear a trajetória da expansão econômica excepcional que a China apresenta desde fins da década de 1970. Ao lado da expressiva *performance* do seu desenvolvimento econômico, resultados bastante indesejáveis relacionados com o aumento das disparidades de níveis de renda entre as diferentes regiões do país vêm se consolidando. Ocorre, em particular na região costeira-oriental, a expansão e consolidação do setor industrial e dos segmentos do terciário moderno (instituições financeiras, bancos, empresas de propaganda etc.), à medida que as demais regiões especializam-se no fornecimento de matérias-primas e alimentos para a expansão urbano-industrial do litoral próspero. A criação — como parte das políticas de desenvolvimento nacional — das zonas econômicas especiais (ZEEs) na área costeira para aproveitar as vantagens de localização necessárias a uma participação maior da China nas correntes do comércio e do investimento internacionais, vem alargando o fosso de renda *per capita* e de oportunidades para alcançar o desenvolvimento entre as regiões do país.

ABSTRACT

Because China's outstanding economic performance in the last three decades is seen as an imitative experience for the whole developing countries, this paper aims to bring evidences on the fact that Chinese-style economic success can not be applied instantaneously for other countries. The lines presented here can be used as a warning for Brazilian policy-makers not to abandon the idea that government intervention – like many liberal thinkers had predicted widespread recently – is always harmful for the economy. In fact, the opposite has been proved more beneficial with public action more intensely required in these present days of economic globalization. China's state intervention in the production factors (capital, investment and labor) has been steady and decisive to achieve the observed growth rates as well as going ahead with the modernization of economic structures. Meanwhile, there have been undesirable results concerned with increasing regional inequalities. The creation of special economic zones (SEZ's) to attract foreign investment to coastal areas resulted in strong concentration of industrial plants in the coastal region widening regional per capita income gaps.

1 INTRODUÇÃO

“Em apenas uma década e meia a China transformou-se de um gigante introspectivo numa casa-de-força dinâmica de enorme significância potencial para a economia mundial. Seu Produto tem se expandido a uma taxa média de cerca de 10% ao ano — e suas exportações a uma taxa de 17% anuais.”

[Michalski *et alii* (1996)]

“A China, o dragão sonolento, não está mais dormindo. Desde o momento em que abriu suas portas ao resto do mundo, no final dos anos 1970, a China vem passando por mudanças generalizadas e drásticas, que ninguém poderia prever.”

[Wong (2001)]

Os termos descritos pelas epígrafes acima são representativos de como a literatura moderna do desenvolvimento econômico se refere à recente experiência chinesa de rápido crescimento de sua economia: admiração e inveja, muito possivelmente, são os sentimentos mais comuns despertados pelo país em grande parte do (quase estagnado) mundo capitalista.

O excepcional crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do produto industrial, das oportunidades de negócios e investimentos para o capital forâneo tem sido utilizado amplamente pela imprensa internacional do *big business* como a principal vitrine dos benefícios que a globalização das estruturas econômicas trouxe à China e, portanto, poderia oferecer, também, tais resultados aos demais países em desenvolvimento.

Entretanto, não só o crescimento é algo exultante na China, como também o fato de que ele teria ocorrido porque o país passou a adotar regras e mecanismos de mercado próprios da concorrência capitalista. Dito de outro modo, teriam passado pelo capitalismo as estradas do rápido crescimento e do desenvolvimento sustentado naquele país.

Envolvido o debate nessa moldura positiva, os problemas advindos do crescimento e expansão da economia capitalista dentro da China, relacionados, entre outros, com a ampliação das disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento, tendem a submergir, permanecendo pouco discutidos. O papel deste artigo é tentar suprir essa lacuna, oferecendo a um público ainda pouco afeito à literatura e aos estudos sobre a China uma perspectiva do quadro mais recente das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, associando o desempenho das economias regionais com a performance geral da economia nacional e com os resultados das políticas governamentais promotoras do crescimento.¹

As perguntas e preocupações mais frequentes acerca do crescimento econômico e, de modo geral, das transformações experimentadas pela China nas últimas cinco décadas, se referem às diferenciações de sua experiência em relação àquelas verificadas no mundo ocidental. Um dos aspectos de mais alta relevância é a natureza do seu

1. A desigualdade, para além de sua expressão regional, também está aumentando na esfera dos rendimentos do trabalho urbano e das rendas domiciliares dos municípios rurais (*counties*) na década de 1990 [ver Gustafsson e Shi (2001 e 2002)]. Isso aponta claramente para a existência de um processo de mudança de grande envergadura ocorrendo na China que associa assombrosas taxas de crescimento econômico com acelerados níveis de desigualdades em amplos recortes socioeconômicos, sendo o regional apenas um deles.

corpo político e administrativo — dirigido por uma burocracia estatal de feições autoritárias, altamente hierarquizada e comandada, por sua vez, pela elite do Partido Comunista Chinês (PCC). Outro desses aspectos é o conjunto de restrições e obstáculos para se administrar de modo bem-sucedido uma nação sedenta por modernização e, ao mesmo tempo, singularizada pela relativa pobreza em recursos naturais e terras agricultáveis e que, além disso, sofre a pressão do uso desses escassos recursos por uma população de mais de 1 bilhão de habitantes.

Em face desses elementos, algumas questões se impõem de modo mais premente: qual é o quadro atual das disparidades econômicas entre regiões e províncias em um país que não obedece inteiramente às regras do mercado capitalista para a estruturação de sua vida social e econômica? Como esse quadro tem evoluído ao longo do tempo? Quais impactos mais visíveis a política nacional de desenvolvimento gera nas economias regionais? E em que medida a intervenção governamental se mostra apta a reduzir as disparidades existentes?

2 DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL: TRAÇOS HISTÓRICOS

O desenvolvimento dos países capitalistas ao longo do século XX, pelo menos até a década de 1970, esteve largamente fundamentado na expansão das forças produtivas de caráter nacional muito definido, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo em cada país confundiu-se com o desenvolvimento dos seus próprios mercados internos a partir do crescimento de empresas genuinamente voltadas para o mercado nacional. Nesse modelo de desenvolvimento, o Estado nacional exerceu papel proeminente, ao implementar medidas necessárias à constituição — quando ainda incipiente — e à expansão de um mercado nacional territorialmente integrado.

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, no entanto, o ambiente geral do comércio internacional vem sendo visivelmente alterado. O crescimento das empresas capitalistas nos países desenvolvidos passou a ocorrer com tal rapidez, que seu tamanho — em escala de produção e em volume de capital incorporado — tem exigido mercados consumidores para além dos mercados nacionais. Para as empresas capitalistas modernas, em ambiente de mercado oligopolizado, seu raio de atuação tornou-se internacional por força da sua própria expansão interna.

Em um contexto de trocas internacionais bastante desenvolvidas, um ator particular começou a investir-se de relevância crucial: a empresa multinacional. Esta é que passa, paulatinamente, a comandar o ritmo de crescimento da economia nacional e, por conseguinte, da economia mundial, uma vez que suas ações para a realização de investimentos produtivos são determinadas pela lógica de conquista simultânea de mercados consumidores em vários países ou regiões.

Os Estados nacionais, que eram entes de grande autonomia, vêem-se agora com muito mais restrições para implementar políticas governamentais. As regras para localização do investimento produtivo e os capitais necessários ao crescimento econômico dos países passam a ser largamente definidos pelas grandes empresas multinacionais.

Desse modo, esta etapa atual de globalização do capitalismo impõe uma redefinição, no plano teórico, da idéia de desenvolvimento nacional. O espaço para a elaboração de diretrizes e/ou políticas eminentemente nacionais, voltadas para a implantação de setores

produtivos de capital nacional, ou mesmo para ajuda a esses setores, visando ao fortalecimento da economia nacional, tem diminuído drasticamente.

A experiência contemporânea de desenvolvimento da China — uma economia *socialista de mercado*, como a definem os membros da elite dirigente do Partido Comunista Chinês (PCC) —, entretanto, sob muitos aspectos, se diferencia do cenário observado nas economias capitalistas. Como se verá em detalhes a seguir, esse país apresentou um longo período de baixo crescimento desde o início do século XIX até meados do XX, resultante, em grande medida, da fraqueza do Estado nacional em arregimentar as forças e apoios internos necessários à tarefa da modernização social e econômica. Nessa fase, o país foi seriamente ameaçado por diversas potências imperialistas que enfraqueceram as tentativas de unificação do Estado nacional.

Com a revolução socialista e a chegada do PCC ao poder em 1949 começa uma nova etapa na qual o crescimento econômico passa a apresentar trajetória de grande expansão. A consolidação e o fortalecimento do Estado nacional têm sido, sem sombra de dúvida, o elemento dinamizador por excelência do desenvolvimento, a despeito de uma conjuntura que se define pela predominância das empresas internacionais no comércio e nos investimentos entre países.

O governo chinês se revelou também extremamente hábil ao lidar a seu favor com as regras do capitalismo moderno. Tem sido comum observar que a estrutura de funcionamento da economia globalizada tende a forçar limitações dos instrumentos de política econômica voltados para o mercado interno. A China, porém, está conseguindo driblar tais impedimentos e implantar, inclusive com ajuda de capitais externos, uma sólida base industrial potencializadora do seu desenvolvimento.

Grande parte do seu êxito tem repousado no manejo da política de comércio exterior, cuja orientação vem estimulando a expansão da participação da economia no comércio internacional através do crescimento das exportações em ritmo mais acelerado que o das importações. Sabe-se que em um ambiente de mercados globais, com alto grau de interligação com o exterior, o crescimento da renda interna transforma-se, em parte substancial, em demanda por bens e serviços realizados no exterior (importações) sobre os quais os governos nacionais não têm mais rígidos controles porque são realizados cada vez mais intensamente pelas empresas transnacionais, ora entre filiais e matrizes, ora entre empresas e fornecedores globais localizados no exterior. Mas, mesmo considerando a existência desses mecanismos dificultadores da eficácia de políticas nacionais, a China se mantém até agora como um êxito econômico inusitado.²

2. Depois de aproximadamente 15 anos de negociações para sua entrada definitiva nas regras do comércio internacional, a China tornou-se o 143º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro de 2001. Embora o país disponha de um período mínimo estabelecido para se adaptar às regras da instituição, a política comercial chinesa deverá ser fortemente contida no que tange aos seus elementos basilares de competitividade atuais — mão-de-obra extremamente barata, controlada pelo Estado, e as constantes desvalorizações da moeda nacional, entre outros — com impactos restritivos à manutenção das altas taxas de crescimento econômico. Os problemas de adaptação às regras da OMC, entre vários a serem solucionados, constituem restrições e obstáculos aos níveis de competitividade do país no comércio internacional. Esses problemas estão relacionados a criação e implementação de uma legislação que elimine barreiras ao comércio entre as províncias; à legislação reguladora dos direitos do comércio e do investimento externo no país; a questões de cotas tarifárias na agricultura; à legislação para organismos geneticamente modificados; à legislação para o comércio de bens e serviços relacionados com a propriedade intelectual; e a questões de salvaguarda. Para mais detalhes ver NBR Special Report (2002).

Os elementos apresentados a seguir permitem vislumbrar, inicialmente, como a China consegue administrar sua política econômica de modo a assegurar, no tempo, o desenvolvimento sustentado, a despeito das adversidades — incluindo a margem de manobra para a elaboração e implementação da política econômica de *caráter nacional* — que uma economia globalizada tende a exacerbar.

2.1 CHINA: FATOS DO PASSADO E DO PRESENTE

O desenvolvimento econômico, na sua expressão moderna, demorou a surtir efeito na China. Durante o século XIX, quando os países do Ocidente davam os passos iniciais de seus processos de industrialização, a China ainda estava imersa em práticas cotidianas campesinas, reproduzidas ao longo de séculos de relações sociais por dinastias arcaicas pouco afeitas às possibilidades de trocas mercantis desenvolvidas no comércio internacional.

O assédio constante e violento por parte de países ocidentais para que abrisse seus portos ao comércio internacional culminou, muitas vezes, em intervenções forâneas no próprio território da China. Após a guerra contra a Inglaterra (Guerra do Ópio, em 1840), o território de Hong Kong lhe foi subtraído. Décadas depois, em 1895, o Japão avançou sobre o território da Manchúria em busca de recursos naturais. Entre 1898 e 1899, os alemães ocuparam a cidade portuária de Qingdao na província de Shandong. Os ingleses, em nova investida, tomaram o porto de Weihaiwei na área ao norte da mesma província. Franceses pressionaram por direitos especiais em Yunnan, Guangxi e Guandong e sobre a ilha de Hainan. Os russos se tornaram mais presentes na Manchúria. Os japoneses continuaram a ocupação econômica na China Central, ao mesmo tempo em que exerciam pressão sobre a Coreia e já haviam tomado a ilha de Taiwan [Spence (1996)].

Foram esses os principais eventos de intromissão externa em território chinês desde o início do século XIX — o que significou, de um lado, o enfraquecimento da unidade política do país e, de outro, o começo, para a China, de uma fase de grandes alterações internas resultantes também das mudanças no sistema econômico mundial. O país passaria — assim como as demais sociedades — a ser fortemente afetado e suas estruturas seculares tenderiam a ser desafiadas irremediavelmente.³

Nesse clima de relações políticas internas e externas tão hostis, as forças da sociedade foram todas dirigidas para manter a unidade do império chinês, de modo que poucas energias, puderam ser gastas para conduzir o país às formas modernas de desenvolvimento econômico, tal como se processava no Ocidente.⁴ Daí suas taxas de crescimento econômico terem sido tão baixas por quase um século e meio, desde 1820.

3. Os primeiros aparatos institucionais criados pelo Estado chinês para organizar e intermediar as relações comerciais com países estrangeiros surgiram em meados do século XIX. A Inspetoria da Alfândega foi criada em 1854 e, em 1861, o Escritório para a Administração dos Negócios de Todos os Países Estrangeiros. Consolidou-se pouco a pouco e tardiamente, pela primeira vez naquele país, a definição de uma política externa como resultante de interesses do Estado, que reconhecia a impraticabilidade histórica de manter-se isolado ante aos demais estados nacionais ocidentais [Spence (1996, p. 206)].

4. As constantes intervenções imperialistas no território chinês são o maior exemplo dessas invasões. As tentativas japonesas de se apropriar de vastos recursos naturais, principalmente ferro e aço da Manchúria e de outras áreas chinesas, motivaram várias intromissões ao longo da primeira metade do século XX. O grande número de japoneses, civis e militares que se encontravam em diversos pontos da China quando da rendição japonesa na Segunda Guerra mundial é um dado revelador da ingerência externa no Estado chinês. Segundo Spence (1996, p. 462), "A escala da operação de rendição [das tropas japonesas] foi

Entre 1820 e 1913, conforme Tabela 1, a despeito do reduzido crescimento populacional, o PIB por habitante estabeleceu-se em ritmo também muito baixo. Na verdade, involuiu, entre 1820 e 1870, a uma taxa de $-0,25\%$ a.a., e cresceu a uma modesta taxa de $0,1\%$ a.a. entre 1870 e 1913.

TABELA 1
CHINA
PIB, PIB PER CAPITA E POPULAÇÃO: TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS — VÁRIOS SUBPERÍODOS ENTRE 1820 E 1998

	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1998
PIB total	-0,37	0,56	-0,02	5,02	6,84
PIB <i>per capita</i>	-0,25	0,10	-0,62	2,86	5,39
População	-0,12	0,47	0,61	2,10	1,38

Fonte: Maddison (2001, p. 217 e 218).

Surpreendentemente, ao longo dos anos de 1913 a 1950, em que as economias capitalistas estavam tendo razoável *performance* expansionista — exceto, é claro, pelos anos de guerras e pela Grande Depressão — a China continuou estagnada, com seu PIB total crescendo à taxa anual negativa de $-0,02\%$.

Perkins (1997), buscando as razões para compreender por que esse comportamento estagnacionista se verificou na economia chinesa, chama atenção para a taxa de formação de capital da China no período pré-1949, que teria sido de apenas 5% do PIB, uma fração efetivamente muito baixa, até para apenas manter o estoque de capital. Esse quadro de penúria econômica somente foi possível, segundo o autor, porque o governo central chinês — extremamente debilitado por constantes ameaças externas — não tinha recursos para realizar tipo algum de investimento relevante. Suas receitas totais correspondiam a menos de 3% do PIB ao longo do século XIX. Com taxa muito baixa de formação de capital novo, a economia manteve-se estagnada por um longo período.

O argumento explicativo desse autor vai além da visão corrente entre certas linhagens de economistas. Estes apenas mensuram o nível e a taxa de investimento em um dado país, ao longo de determinado período, atribuindo, de modo imediato, o problema do baixo desenvolvimento chinês ao também baixo nível de formação de capital, sem aprofundar nenhum questionamento sobre as razões que concorrem para o baixo patamar da formação de capital. Pelo contrário, o autor em questão está preocupado em entender por que o Estado nacional chinês na época não teria podido realizar investimentos, tal como fizeram outros Estados. A resposta clara é que o Estado nacional chinês não estava suficientemente consolidado para realizar a tarefa histórica de implantação das estruturas necessárias ao desenvolvimento.

gigantesca e demorou meses para se completar. Havia perto de 1,25 milhão de soldados japoneses na China e outros 900 mil na Manchúria, sem contar todas as tropas títeres, armadas ou parcialmente armadas, e mais de 1,75 milhão de civis japoneses no país.”

▪ 1949: ano de grandes mudanças

Com a chegada do Partido Comunista ao poder nacional em 1949, o crescimento econômico no país sofreu uma inflexão extraordinária relativamente ao padrão habitual. O PIB passou a crescer a taxas muito mais aceleradas que o crescimento populacional, o que resultou em melhorias ponderáveis da *performance* econômica por habitante.

A taxa de formação de capital, muito baixa havia décadas, passou a expandir-se muito celeremente. De um nível de 5% do PIB, a taxa cresceu para cerca de 20%, e continuou em escalada ascendente até ultrapassar o patamar dos 30% nas décadas subseqüentes [Perkins (1997)]. O PIB, por seu turno, reagiu positivamente e passou a crescer a taxas também muito rápidas. Durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), atingiu a média de 9% a.a.; logo em seguida, durante os anos iniciais do Grande Salto Adiante (1958-1959), a taxa foi ainda mais rápida.

O Primeiro Plano Quinquenal objetivava desenvolver, em simultâneo, a indústria pesada no país e uma base nova de dotação de infra-estrutura capazes de promover saltos na então frágil economia chinesa. A opção por indústrias pesadas foi influenciada pela experiência da União Soviética nas décadas de 1920 e 1930, período em que esse país desenvolveu de maneira planejada sua estrutura industrial até se transformar em uma potência econômica. O historiador Jonathan Spence (1996, p. 513) da Universidade de Yale (Estados Unidos) especialista na sociedade chinesa, teceu o seguinte comentário sobre o fato: “O modelo adotado foi o da União Soviética, onde, acreditava-se, a produção industrial controlada pelo Estado numa seqüência de planos quinquenais fora responsável pela transformação do país em potência mundial na década de 1930, com capacidade para suportar e repelir o ataque maciço das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial.”

Os dados apresentados na Tabela 2 corroboram o argumento sobre a concentração de gastos no setor industrial e no de transportes e comunicações entre 1952 e 1957, anos iniciais do processo revolucionário em direção a uma economia socialista. Para que se realizassem os propósitos de construção de uma nação industrial desenvolvida, foram deixadas em segundo plano as áreas ligadas à qualidade de vida da população, como agricultura, cultura e educação, saúde e bem-estar, com uma posição de pequena relevância na distribuição do gasto em investimento estatal nesse período. Dito de outro modo, o governo central fez uma opção social por realizar menos consumo no presente — despendendo recursos escassos em investimentos novos — de modo a ter mais consumo no futuro.

A ênfase no investimento em indústrias de base continuou a ocorrer nas décadas subseqüentes, o que garantiu a permanência do crescimento econômico em taxas muito altas. No entanto, a partir de fins da década de 1970, ocorreram modificações significativas na condução da política do PCC, para o país como um todo. Um fato relevante foi a própria morte de Mao Tsé-tung, em setembro de 1976, o que exigiu das forças políticas do partido um esforço de rearticulação para a escolha do seu sucessor. O processo sucessório viria a dar espaço para uma guinada na condução das políticas econômicas, com a reavaliação de que uma interação mais intensa com o exterior seria necessária para a continuidade do crescimento econômico.

TABELA 2
CHINA: DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL FIXO INVESTIDO PELO ESTADO — 1952-1957
 [em %]

	1952	1955	1957
Indústria	38,8	46,2	52,3
Construção	2,1	3,9	3,3
Pesquisa de recursos naturais	1,6	3,2	2,2
Agricultura, silvicultura, águas e meteorologia	13,8	6,7	8,6
Transportes e comunicações	17,5	19,0	15,0
Comércio	2,8	3,7	2,7
Cultura, educação e pesquisa	6,4	6,3	6,7
Saúde e bem-estar público	1,3	1,1	0,9
Serviços públicos urbanos	3,9	2,4	2,8
Administração governamental	0,4	1,5	1,3
Outros	11,4	6,9	4,2
Total em %	100,0	100,0	100,0
Total em milhões de yuans	4.360	9.300	13.830

Fonte: Spence (1996, p. 517).

▪ 1978: mais mudanças a caminho

Em 1978 foram esboçadas alterações nos rumos do desenvolvimento que o país deveria trilhar. A determinação do Partido Comunista foi no sentido de que a economia socialista chinesa se abrisse mais para as trocas econômicas com o exterior. Permitiu-se mais liberalização da economia com o relaxamento do controle estatal na agricultura, e a indústria de pequeno porte foi intensamente estimulada.

O monopólio do comércio externo foi relaxado e as decisões sobre trocas comerciais foram descentralizadas. Até 1979 o governo central exercia controle rígido sobre, aproximadamente, 90% das exportações, monopolizando as transações de um conjunto de mais de 3 mil *commodities* exportáveis. Em 1985 o quadro mudou consideravelmente, com a burocracia estatal exercendo controle apenas sobre cerca de 200 produtos. As barreiras tarifárias atingiram em 1992 a taxa média de 44,05% das importações. Com o aprofundamento das reformas, a partir dessa data a tarifa média caiu para cerca de 17,1% em 1998 [Wan, Lu e Chen (2003)].

A avaliação do governo que assumiu o poder depois de Mao, com Hua Guofeng à frente por um breve período de dois anos (1976-1978), foi a de que o país apresentava, em função dos rumos adotados para o crescimento econômico até então, um desajuste estrutural grave representado pelos diferenciais na *performance* setorial observada lado a lado com reduzidas melhorias nos padrões de consumo de massa. A ênfase demasiada em gastos de investimento nas indústrias pesadas teria resultado em baixo crescimento para a agricultura — setor de importância vital tanto para a economia como para a geração de empregos — e também para a indústria de bens leves, concorrendo para a depressão dos padrões de vida e de bem-estar [Nolan e Ash (1995)].

Até 1978 o conjunto da economia esteve sob propriedade e controle exclusivos do Estado e, como vimos na seção anterior, a *performance* econômica foi muito superior ao que ocorria no passado (no período 1950-1973, a taxa de crescimento *per capita* do PIB foi de 2,9% a.a.; entre 1913-1950, foi negativa, ou praticamente nula, de -0,6% a.a., ver Tabela 1) e a estrutura econômica foi transformada.

Apesar desse resultado positivo na economia entre 1949-1978, durante a maior parte do período sob liderança de Mao Tsé-tung houve, de fato, pouco contato com o exterior. De 1952 a 1973, os Estados Unidos, em retaliação ao regime comunista chinês, impuseram um amplo embargo comercial, que incidiu também sobre viagens e transações financeiras; de 1960 em diante, a União Soviética fez o mesmo. A China cresceu mais devagar do que outras economias comunistas e menos que a média mundial [Maddison (2001)].

Com as reformas de 1978, operou-se um forte incremento na interação com a economia mundial através do comércio e da entrada de investimento direto.⁵ Simultaneamente, o país manteve a prudência de reter o controle sobre os tipos mais voláteis de movimentos de capitais internacionais. Com uma estratégia agressiva de obtenção de divisas cambiais a partir do fortalecimento dos seus setores exportadores, o país foi capaz de garantir um nível adequado de expansão das importações de modo a manter o crescimento geral da economia sem comprometer a estabilidade macroeconômica ante a maior volatilidade dos capitais provenientes dos mercados financeiros.

A julgar pelo dinamismo do seu comércio exterior, as reformas pós-1978 foram muito estimulantes para a economia chinesa. A participação das exportações no PIB, que era muito reduzida quando o PCC assumiu o controle do país, tornou-se muito superior, na fase atual, à de outros países continentais como Estados Unidos, Brasil e México.⁶ Em parte, tem sido das divisas obtidas com as vendas internacionais que o país obtém moeda forte para garantir um fluxo de importações necessário à continuidade do crescimento industrial. Constatou-se também que o esforço de formação de capital tem sido persistentemente elevado, atingindo em média, no período 1973-1997, a taxa de 30% do PIB, que, entre os países constantes na Tabela 3, é somente inferior à da Coréia do Sul no mesmo período. Mas é muito superior às de países latino-americanos como Brasil e México.

5. Em fins de dezembro de 1978, em sessões do partido chamadas de Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do PCC, advogou-se um conjunto de mudanças de política externa de grande relevância. Entre elas, destacou-se o anúncio do restabelecimento de relações diplomáticas plenas entre a China e os Estados Unidos já a partir de 1º de janeiro de 1979. Na verdade, pelo que mostra Spence, o reatamento de relações diplomáticas seria apenas a formalização de relações econômicas mais estreitas que já vinham se desenvolvendo antes mesmo da reunião do Partido: "O Terceiro Pleno encerrou-se em 22 de dezembro de 1978. Três dias antes, executivos da gigantesca fábrica da Boeing, em Seattle, Washington, tinham anunciado que a China encomendara três Jumbos 747. No mesmo dia 19 de dezembro, o presidente da Coca-Cola anunciava, em Atlanta, Geórgia, que sua corporação chegara a um acordo para vender o refrigerante na China e iria abrir uma unidade de engarrafamento em Xangai." [Spence (1996, p. 615)].

6. Matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* (Caderno Dinheiro, fl. B4, 09/02/2003) mostrou que a China tinha uma participação de 1,4% das exportações mundiais em 1985, de 2,82% em 1994 e de 4,32% em 2001; o Brasil, por sua vez, tinha para os mesmos anos, respectivamente, 1,37%, 1,01% e 0,95%. A China exportou, em 2001, o equivalente a US\$ 266,2 bilhões, aproximadamente cinco vezes mais que o Brasil, com apenas US\$ 58,2 bilhões.

TABELA 3
CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DE CRESCIMENTO EM ALGUNS PAÍSES ESCOLHIDOS

	PIB <i>per capita</i> (1999) (US\$)	Razão investimento fixo/PIB (1973-1997) (%)	Razão exportações/PIB (1998) (%)	Razão emprego/população (1997) (%)
China	3.259	30	19	52
Japão	20.431	30	10	52
Coréia do Sul	13.317	31	41	46
Taiwan	15.720	24	42	44
Hong Kong	20.352	27	105	48
Estados Unidos	28.026	18	8	52
México	6.762	19	16 ^a	40
Brasil	5.421	21	7	38 ^b

Fonte: Maddison (2001, p. 146).

^a1997; e ^b1994.

A política de atração do investimento direto externo (IDE) tem se revelado, de forma expressiva, a grande responsável pelo crescimento da parcela chinesa no comércio mundial. O país atraiu, ao longo da década de 1990, cerca de US\$ 234 bilhões em IDE, tornando-se assim o maior recebedor entre os países em desenvolvimento. O Brasil e o México, por contraste, canalizaram para si as cifras de, respectivamente, US\$ 66,3 bilhões e US\$ 61 bilhões no mesmo período. Em termos setoriais, o papel do IDE tem sido também decisivo. Em 1995, as empresas de investimento externo responderam por 19,5% do PIB industrial [Gallagher (2002)].

2.2 LIBERALISMO À CHINESA? TRAÇOS DA ESTRATÉGIA NEOMERCANTILISTA DE CRESCIMENTO

A China tornou-se um exemplo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento, é o que se ouve dizer com freqüência entre representantes do *mainstream* acadêmico e empresarial. Com ousada liberalização comercial e financeira, as taxas de crescimento foram catapultadas para níveis não vistos entre as economias capitalistas nas últimas duas décadas. O IDE, em um ambiente agora propício aos empreendimentos e ao *animal spirit* capitalista, teria sido o elemento propulsor desse excepcional resultado.

Entre 1979 e 2000 a China absorveu um total acumulado de US\$ 346,2 bilhões de IDE. A maior parte desse investimento, porém, ocorreu depois de 1992, isto é, em período muito recente. De fato, nos anos compreendidos entre 1992 e 2000, o fluxo de IDE acumulado atingiu US\$ 282,6 bilhões ou cerca de 82% do total desde o início da abertura para o exterior em 1979. Tais montantes de IDE destinados para a economia chinesa são surpreendentes sob muitos aspectos, pois remontaram, segundo Huang (2003), entre 1992 e 1999, a 8,2% do total mundial e a 26,3% da parcela destinada aos países em desenvolvimento.

Em vista desse quadro que tornou a China um modelo a ser visto e imitado por economias menos exitosas, como por exemplo, a do Brasil, cabem aqui alguns

questionamentos acerca dos processos recentes que afetaram sua economia, questionamentos que ajudarão a qualificar melhor sua *performance*. Por exemplo, que razões explicariam o *boom* do IDE na economia chinesa na década de 1990? Por que esse *boom* não se verificou em outras economias em desenvolvimento? Que lição se pode retirar disso para o Brasil?

As teorias convencionais que tratam do investimento externo realizado por empresas multinacionais admitem, regra geral, que as economias devem apresentar macrofundamentos sólidos para se tornarem receptoras de fluxos externos de investimentos produtivos. Dentre esses macrofundamentos encontram-se a estabilidade política, a rápida expansão do mercado, uma barata e disciplinada força de trabalho, e fontes abundantes de recursos naturais.

No caso chinês, um ponto inicial que deve estar claro é que, apesar de o país ter iniciado os passos em direção a reformas liberalizantes em 1978, foi somente a partir de 1992 que o fluxo de IDE se intensificou. O elemento catalisador foi, sem dúvida, uma decisão política: em 1992, o governo chinês decidiu liberalizar significativamente o seu regime de IDE. No entanto, apesar dos esforços já empreendidos, não se pode afirmar peremptoriamente que a economia chinesa já é uma economia aberta. Huang (2003) notou que, em um conjunto de 46 países, a China foi classificada em 41º lugar, em 1996, em termos das facilidades encontradas para investidores estrangeiros realizarem aquisições.⁷ Essa não é uma classificação favorável a ponto de colocar o país em boa posição para ser receptor de capitais em nível tão elevado. Mais contrastante ainda é perceber que países como Brasil, México e Índia foram classificados, respectivamente, em 29º, 28º e 35º lugares, portanto, considerados ambientes mais favoráveis à captação de investimentos externos privados.

Informações adicionais sobre a qualidade do ambiente de negócios na China ampliam nosso conhecimento sobre o tema. O *Economist Intelligence Unit* (da prestigiosa revista britânica *The Economist*) considerou o país em 44º lugar entre os 60 analisados durante o período 1996-2000, em termos da qualidade de seu ambiente para negócios. Em qualidade do ambiente regulatório — item no qual o Brasil tem sido muito questionado nos dias atuais —, a percepção de práticas disseminadas de corrupção na China é muito alta. O país foi classificado em 41º, entre 52, no índice de percepção de corrupção da *Transparency International* em 1997. Outro dado revelador: em um *survey* realizado pela *Political and Economic Risk Consultancy* em meados dos anos 1990, executivos estrangeiros declararam perceber a China como o país mais corrupto em uma lista de 11 países asiáticos, a qual, segundo Huang (2003, p. 47), “...incluiu alguns dos mais notoriamente corruptos do mundo, como a Índia e Indonésia”. Resta continuar nos perguntando: por que, a despeito da baixa qualidade de suas instituições — medida pela percepção de corrupção —, os fluxos de IDE mostraram-se tão pródigos em se dirigirem para esse país, tendo sido canalizados com menos ímpeto para as economias menos corruptas?

7. A medida de facilidade para aquisições estrangeiras, citada por Huang (2003, p. 12-13), refere-se a uma pesquisa elaborada pelo *International Institute for Management Development* na Suíça. Aos pesquisados foi pedido para classificarem os países em uma escala de 0 a 10. Uma nota perfeita, 10, é dada a países que não impõem restrição alguma a aquisições estrangeiras e uma nota 0 é dada a países onde os estrangeiros não podem adquirir controle algum sobre empreendimentos produtivos.

Uma boa resposta, de fato, pode ser o tamanho do mercado da economia chinesa. Em 1973, seu PIB *per capita* era, medido em dólares de 1990, de US\$ 839; em 1990 já atingira US\$ 1.858 e, mais recentemente, em 1998, era de US\$ 3.117. No entanto, a Índia — para citar apenas um país de dimensão populacional equivalente — tinha valores de PIB *per capita* bastante aproximados e, no entanto, não obteve os mesmos índices de fluxos de IDE apresentados pela China. Os valores de PIB *per capita* da Índia nos anos de 1973, 1990 e 1998 são, respectivamente, US\$ 853, US\$ 1.309 e US\$ 1.746 [Maddison (2001, p. 215)].

Indo mais além nas indagações, se as corporações multinacionais — os agentes promotores do IDE — estiveram, de fato, interessadas em explorar as potencialidades do mercado interno chinês, por que razões elas se tornaram motores exportadores desse país? As empresas criadas a partir de IDE⁸ controlavam 51,2% das exportações de manufaturados na China em 1995. Em um subconjunto diversificado de indústrias, o papel das exportações foi, na verdade, muito maior em: eletrônica e comunicações (94,5%), vestuário e calçados (60,5%), produtos de couro (73,2%), impressão e gravação (79,4%), produtos culturais (69,0%) e plásticos (77,2%) [Huang (2003)].

Ainda conforme as observações de Huang (2003), esse elevado patamar de exportações pelas empresas estrangeiras na China é excepcional no contexto internacional. Comparativamente, em Taiwan, nos estágios iniciais do seu desenvolvimento com base em IDE, na década de 1970, as exportações representavam apenas em torno de 20% das suas exportações manufaturadas.

Mais uma vez se percebe, pelos argumentos já apresentados, o quanto os citados macrofundamentos não podem servir como a resposta mais adequada ao entendimento do caso chinês de alta recepção de IDE.

Inquirindo ainda mais a teoria do IDE, pode-se reputar que esta sugere que o IDE muito comumente tende a se concentrar em indústrias caracterizadas por uma dinâmica oligopolista de mercado e também nas indústrias de alto valor agregado (intensivas em capital ou em tecnologia). Na China, também nesse particular, o IDE tem assumido formas não condizentes com esse padrão esperado, renegando as previsões teoricamente consolidadas.

Em um conjunto de 28 tipos de setores manufatureiros observados em 1995, nenhum deles recebeu mais de 10% do total de IDE. Ora setores tradicionalmente mais oligopolizados — intensivos em capital e/ou tecnologia —, ora as indústrias trabalho-intensivas receberam frações equivalentes do total de IDE no ano em menção. Os setores industriais que mais receberam, em percentual, foram: eletrônica e comunicações, com 9,6% do total; têxtil (8,9%), minerais não-metálicos (7,7%), equipamentos elétricos (6,6%), vestuários e calçados (6,0%), equipamentos de transportes (5,9%), produtos químicos (5,8%) e produtos metálicos (5,5%). Todas as demais indústrias apresentaram percentuais abaixo dos citados acima [Huang (2003)].

Em suma, os fluxos recentes do IDE que se endereçaram à economia chinesa têm, de um lado, sido extremamente relevantes para dar solidez à sua máquina

8. Huang (2003), seguindo a terminologia corrente na literatura, denomina-as *Foreign-Invested Enterprises* (FIEs).

exportadora, respondendo por, em média, 50% das exportações industriais totais do país, mas, de outro lado, não apresentaram o padrão habitual de alta concentração setorial da produção, com os investimentos se espraiando quase uniformemente por um amplo espectro de ramos industriais.

O confronto da realidade com as previsões da teoria convencional vem requerendo um novo quadro de explicações para as causas do recente *boom* de investimentos externos na China. Não se podendo, de antemão, inferir que a pura e simples adoção de políticas liberalizantes para incrementar o comércio internacional (exportações e importações) chinês tenha tido espaço para se desenvolver nesse país. Se na China as características específicas assumidas pelo IDE são, em grande medida, diferentes do padrão comum observado pela literatura para a maioria dos países, é porque o Estado nacional chinês tem sido capaz de definir os caminhos para os quais o capital externo deveria ser canalizado. E o faz de maneira a maximizar os objetivos clássicos de toda política econômica dos modernos Estados nacionais: a criação de renda e emprego.

A par com o dinâmico modelo de desenvolvimento nacional, surgem grandes questões a serem equacionadas, sendo a questão dos desequilíbrios regionais no ritmo de crescimento a que está se tornando mais visível e requerendo, por conseguinte, atenções particulares da política governamental. É o que será discutido a seguir.

3 A DIMENSÃO ESPACIAL DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

A reforma de 1978 foi um marco especial para a questão regional que se observa no período recente chinês. Antes de vir à tona essa reforma, o desenvolvimento econômico regional era ditado pelo sistema de planejamento governamental altamente centralizado, em que a estratégia principal era o equilíbrio das disparidades regionais, utilizando-se para tal objetivo o gasto com investimento, principalmente o relacionado à montagem de setores da indústria pesada, para contrabalançar as disparidades existentes entre as províncias.

A preocupação mais urgente dos planejadores socialistas chineses, em 1949, era intensificar a defesa nacional. Como a maior parte das áreas desenvolvidas e industriais se encontrava na região mais oriental e as mais importantes cidades (Xangai e Pequim) estavam também próximas ao litoral e, portanto, mais propensas a sofrer ataques militares externos, o governo socialista, durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), propôs a estratégia de realização de grandes investimentos em infra-estrutura e a orientação de projetos industriais para o interior do país.

Na década de 1960 e início dos anos 1970, esse modelo orientado para a defesa nacional teve continuidade. O planejamento governamental passou a adotar explicitamente a estratégia de alocação espacial de recursos chamada de “Terceiro *Front*”, que se referia à destinação de amplos recursos para investimento em regiões do interior do país. Buscava-se, assim, evitar a concentração de investimentos nas vulneráveis cidades costeiras (o Primeiro *Front*) bem como nas suas áreas imediatamente vizinhas (o Segundo *Front*) [Fan (1995)].

Explica-se, portanto, por que razão a grande região mais ocidental do país recebeu uma fração mais forte dos investimentos, como será visto em detalhes mais adiante. A intervenção do governo tinha um objetivo claro: visava à promoção de mais crescimento sujeito à restrição de obter também mais equilíbrio regional.

A política de “portas abertas” que passou a ser realizada no período pós-Mao teve rebatimentos, de maneira diversa, também sobre a estratégia de desenvolvimento regional a ser seguida. A nação passou a ser pensada a partir de três grandes cinturões geográficos (*three belts*) a partir do Sexto Plano Quinquenal (1981-1985). Tal modelo de três cinturões foi então formalmente adotado no Sétimo Plano (1986-1990).

Esse modelo consistiu na incorporação às estratégias de desenvolvimento das noções de vantagens comparativas e de divisão regional do trabalho. Desse modo, as três grandes regiões do país (os três cinturões) passariam a dar contribuições diferentes para o desenvolvimento nacional: *a*) a *região Costeira* tenderia a se especializar na produção industrial voltada para a exportação e nas atividades relacionadas mais proximamente ao comércio exterior; *b*) a *região Central*, por sua vez, passaria a se concentrar na agricultura e no setor de energia; e *c*) a *região Ocidental*, por fim, se especializaria na criação de animais e na exploração mineral [Fan (1995)].

Depois das reformas de 1978 o desenvolvimento regional passou a se centrar na região costeira (a parte mais oriental) do país. Em 1979 foram criadas as quatro primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) — número que viria a ser fortemente ampliado nos anos seguintes — as quais deveriam ser capazes de impulsionar o potencial exportador do país e internalizar processos modernos de produção. Todas elas foram escolhidas pela proximidade de fontes externas de capital e pelo fácil acesso a mercados: Zhuhai fica ao lado de Macau; Shenzhen, logo acima da fronteira de Hong Kong; Shantu e Xiamen estão diante de Taiwan. Com a introdução de mecanismos de mercado e abertura para relações comerciais em amplo grau com o exterior, as vantagens econômicas regionais já consolidadas estão se tornando, paulatinamente, mais importantes para a localização de investimentos produtivos. O resultado é que as desigualdades regionais vêm aumentando na China.

Debruçando-se sobre essas disparidades regionais, os próximos parágrafos abordam, de maneira aprofundada e em particular, quatro aspectos sob os quais o problema regional pode ser compreendido. O primeiro é da própria magnitude das disparidades, com a discussão da intensidade e trajetória dos desequilíbrios vistos por meio de índices e medidas de desigualdade (Subseções 3.1 e 3.2). O segundo desdobra-se em duas partes (Subseção 3.3): uma é da distribuição regional do investimento governamental e a outra é da direção e intensidade do fluxo da renda nacional entre as diversas províncias do país, e busca avaliar a ação do governo em redirecionar recursos com o objetivo da equidade no desenvolvimento nacional. O terceiro ângulo é da avaliação das desigualdades na dotação em cada província de equipamentos de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento de atividades produtivas (Subseção 3.4). Por fim, o quarto aspecto refere-se à concentração espacial da indústria (Subseção 3.5).

Com essa abordagem esperamos obter elementos suficientes para qualificar: o nível e a trajetória dos diferenciais de renda *per capita* entre as províncias; os esforços governamentais — medidos pelo gasto direto em investimento e pelo excesso de

renda *gasta* em uma dada província relativamente à renda *gerada* nessa mesma província — para canalizar recursos das áreas mais ricas para as mais pobres; os resultados obtidos pela política nacional em termos de dotar as regiões mais pobres de melhor infra-estrutura para o desenvolvimento; e a concentração espacial da indústria estimulada pelo IDE.

Para facilitar o entendimento da geografia da China, a parte final deste trabalho inclui um mapa do país com províncias e municipalidades devidamente separadas em três grandes regiões (costeira, interior ou central, e ocidental) e a Tabela A.1 traz alguns dados básicos de população e taxas de crescimento do PIB *per capita* das províncias.

3.1 DIFERENCIAIS DE RENDA ENTRE AS PROVÍNCIAS⁹

▪ A desigualdade absoluta

Os diferenciais absolutos de renda entre as províncias têm se expandido nas últimas décadas, a despeito de várias das regiões mais pobres terem apresentado taxas de crescimento mais altas do que as regiões mais ricas. Se há algum sinal de existência de convergência das rendas *per capita* regionais, esse sinal tem se mostrado fraco na experiência recente da China.

Os dados coletados sobre a renda *per capita* das províncias permitem uma avaliação importante da questão regional recente. A Tabela 4 traz um *rank* da renda *per capita* das 28 províncias chinesas para os anos de 1952, 1979 e 1990. A evidência é clara em apontar que as províncias localizadas na região costeira do país — historicamente já mais desenvolvidas — continuam a aumentar de importância no desenvolvimento nacional chinês. Em 1952, dos dez maiores valores de renda *per capita* cinco pertenciam a províncias costeiras. Deve-se considerar que Xangai, Tianjin e Pequim são, na verdade, municipalidades (e também metrópoles) que têm *status* político-administrativo especial: estão ligadas diretamente ao governo central, o que termina por “distorcer” a análise geral das desigualdades inter-provinciais.

9. A temática do desenvolvimento das nações comporta um amplo leque de assuntos e questões para investigação, não poderia ser diferente para o aspecto regional do desenvolvimento, o qual exige que tanto considerações sobre fatores econômicos (produto, renda, política fiscal etc.) quanto sobre fatores sociais (condições de vida no campo e na cidade, oferta de bens pelo governo que não se traduzem em bens quantificáveis pelo mercado, controle da migração etc.) sejam realizadas. No entanto, neste artigo apenas o aspecto econômico do desenvolvimento será tratado com mais profundidade, não por que o “social” seja menos importante, mas porque ele exigiria a disponibilidade de ampla literatura sobre os temas em questão, bem como uma base de dados e informações adicionais que não estão à mão no presente momento. Essa ausência de uma visão mais aprofundada sobre o “social” — em particular a oferta de bens públicos feita pelo Estado socialista chinês — neste trabalho tem certas implicações para o conjunto das conclusões do estudo sobre uma economia socialista. É que, não se pautando sua economia inteiramente pelas regras do mercado capitalista, muitos dos bens e serviços (educação, saúde, habitação etc.) postos à disposição da sociedade pelo Estado não são imediatamente captados pelas estatísticas de produto ou renda *per capita*, o que implica que a trajetória das disparidades no âmbito das economias regionais podem estar — e devem estar em certo sentido — descolada daquela que se observa nas disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento social e humano. De todo modo, pode-se sugerir que problemas nas áreas “sociais” estão se agravando à medida que as transformações econômicas naquele país vão acontecendo celeremente. Alguns trabalhos recentes têm apontado para esse fato: Gustafsson e Shi (2001 e 2002), entre outros, obtiveram evidências de que as disparidades estão aumentando na esfera dos rendimentos do trabalho urbano e também na esfera das rendas domiciliares dos municípios rurais na década de 1990. Kanbur e Zhang (2001), por sua vez, constataram que as desigualdades nos níveis interprovinciais da variável consumo agregado aumentaram também na década de 1990.

TABELA 4
CHINA: RENDA *PER CAPITA* POR PROVÍNCIAS E SEUS RANKS

1952				1979				1990			
Rank	Província	Renda <i>per capita</i>	Região	Rank	Província	Renda <i>per capita</i>	Região	Rank	Província	Renda <i>per capita</i>	Região
1	Shangai	584,15	Costeira	1	Shangai	2.860,92	Costeira	1	Shangai	4.971,22	Costeira
2	Tianjin	261,84	Costeira	2	Pequim	1.684,81	Costeira	2	Pequim	3.155,08	Costeira
3	Pequim	249,20	Costeira	3	Tianjin	1.091,21	Costeira	3	Tianjin	1.829,66	Costeira
4	Heilongjiang	207,92	Central	4	Liaoning	708,56	Costeira	4	Liaoning	1.307,26	Costeira
5	Liaoning	193,55	Costeira	5	Heilongjiang	365,51	Central	5	Zhejiang	889,07	Costeira
6	Xinjiang	157,15	Ocidental	6	Jilin	293,46	Central	6	Jiangsu	713,79	Costeira
7	Neimenggu	149,66	Central	7	Hebei	288,66	Costeira	7	Heilongjiang	664,70	Costeira
8	Jilin	142,87	Central	8	Zhejiang	287,78	Costeira	8	Xinjiang	637,36	Ocidental
9	Hebei	109,51	Costeira	9	Qinghai	285,16	Ocidental	9	Shandong	636,93	Costeira
10	Ningxia	103,92	Ocidental	10	Jiangsu	282,78	Costeira	10	Jilin	633,12	Central
11	Jiangxi	103,28	Central	11	Xinjiang	279,66	Ocidental	11	Guangdong	575,30	Costeira
12	Zhejiang	101,82	Costeira	12	Shaanxi	258,99	Ocidental	12	Hebei	557,18	Costeira
13	Jiangsu	95,29	Costeira	13	Shandong	256,53	Costeira	13	Fujian	544,13	Costeira
14	Fujian	95,06	Costeira	14	Neimenggu	255,17	Central	14	Neimenggu	532,61	Central
15	Qinghai	94,19	Ocidental	15	Shanxi	228,49	Central	15	Shaanxi	492,87	Ocidental
16	Gansu	93,45	Ocidental	16	Gansu	225,58	Ocidental	16	Qinghai	469,00	Ocidental
17	Shanxi	93,25	Central	17	Hubei	208,70	Central	17	Gansu	449,58	Ocidental
18	Guangdong	88,13	Costeira	18	Guangdong	206,60	Costeira	18	Hubei	425,20	Central
19	Shandong	84,73	Costeira	19	Ningxia	200,90	Ocidental	19	Shanxi	423,11	Central
20	Hubei	82,73	Central	20	Fujian	200,15	Costeira	20	Henan	418,65	Central
21	Hunan	77,07	Central	21	Henan	197,59	Central	21	Ningxia	387,82	Ocidental
22	Anhui	76,87	Central	22	Hunan	197,07	Central	22	Yunnan	372,23	Ocidental
23	Henan	75,96	Central	23	Jiangxi	191,97	Central	23	Jiangxi	361,90	Central
24	Shaanxi	75,46	Ocidental	24	Yunnan	155,45	Ocidental	24	Hunan	354,33	Central
25	Yunnan	62,41	Ocidental	25	Sichuan	149,26	Ocidental	25	Sichuan	300,72	Ocidental
26	Guangxi	61,35	Costeira	26	Anhui	128,59	Central	26	Anhui	277,61	Central
27	Sichuan	57,31	Ocidental	27	Guangxi	127,68	Costeira	27	Guangxi	227,22	Costeira
28	Guizhou	54,77	Ocidental	28	Guizhou	102,72	Ocidental	28	Guizhou	209,69	Ocidental
Média nacional		130,00		Média nacional		419,00		Média nacional		815,00	

Fonte: Dados brutos: *A Historical Compendium of Statistical Data on All Provinces, Autonomous Regions, and Municipalities, (1949-1989)* e *China's Statistical Yearbook (1991)*. Tabela elaborada pelo autor com dados adaptados de Shucheng *et alii* (1996, p. 112-113) e de Kaizhao, Zheng *et alii* (1996, p. 207-208).

Os esforços governamentais para promover maior equilíbrio parecem não ter surtido o efeito desejado, pois em 1979 — o primeiro ano da reforma e abertura para o exterior — as províncias costeiras eram em número de sete (aumentando de importância) entre as dez de maior renda *per capita* do país. No ano mais recente dessa série, em 1990, o quadro tende a mostrar desigualdades mais pronunciadas. As

províncias costeiras passam a ser em número de oito entre as dez mais importantes, e os primeiros sete lugares são todos ocupados por áreas situadas no litoral.

A distância entre a maior renda *per capita* provincial e a menor, isto é, entre Xangai e Guizhou, dada pela razão entre as duas, era de 10,6 em 1952; aumentou em quase três vezes, para 27,8 em 1979; e chegou em 1990 em 23,7, o que revela ter havido uma leve diminuição relativamente ao período anterior, mas ainda muito maior do que a mesma relação verificada no início do governo comunista.

Uma preocupante trajetória de desigualdades regionais vem se consolidando na China moderna. De um lado, está claro que as províncias localizadas na região ocidental do país são as que menos se desenvolvem. Um exemplo gritante é a província de menor renda *per capita*, Guizhou, que se apresentava em um patamar de 42,1% da renda média nacional *per capita* em 1952. Desde então sua situação relativa tem piorado consideravelmente. Em 1979 a renda *per capita* decresceu para apenas 24,5% da renda média nacional e em 1990 continuava muito próxima a esse nível: 25,5% da renda média do país. De outro lado, na área costeira do país localizam-se os três mais importantes núcleos urbanos do país — Xangai, Pequim e Tianjin — justamente as três áreas de maior renda *per capita* em todo o período analisado. Xangai, que tem se consolidado como grande centro industrial e comercial, mostrou um ímpeto bastante forte de crescimento com renda *per capita* cerca de 4,5 vezes maior do que a média nacional em 1952, atingiu 6,8 vezes a média nacional em 1979 e 6,1 vezes a mesma média em 1990.

No entanto, ainda vale a pena considerar como ficaria o quadro das disparidades quando são retiradas as três províncias-municípios, isto é, Pequim, Xangai e Tianjin. A renda nacional *per capita* cai de 130 yuans para 101,5 yuans em 1952; de 419 yuans para 243,3 yuans em 1979; e de 815 yuans para 514,5 yuans em 1990. Nessa nova situação a província de maior renda *per capita* passa a ser Heilongjiang em 1952 e Liaoning nos dois outros períodos subsequentes do estudo. A comparação da renda do *novo* primeiro lugar em renda *per capita* com relação à *nova* renda média nacional modifica-se substancialmente — e fica mais próxima da realidade geral das províncias do país — do que foi visto na situação original com a inclusão de Xangai no conjunto de províncias. Heilongjiang tem renda *per capita* 2,4 vezes a média nacional em 1952, e em Liaoning a renda *per capita* tornou-se maior apenas 2,9 vezes em 1979 e 2,5 vezes em 1990.

A evidência empírica apontou que os diferenciais interprovinciais de renda *per capita* tiveram uma tendência de aumento entre os anos de 1953 e 1990. De modo particular, o que explica parte desse padrão é o maior crescimento ocorrido nas províncias situadas na área costeira do país e que já estavam em estágio adiantado de desenvolvimento. Essas províncias estão se tornando mais homogêneas entre si em termos do seu nível de renda *per capita* mas estão perigosamente se distanciando das províncias das demais regiões.

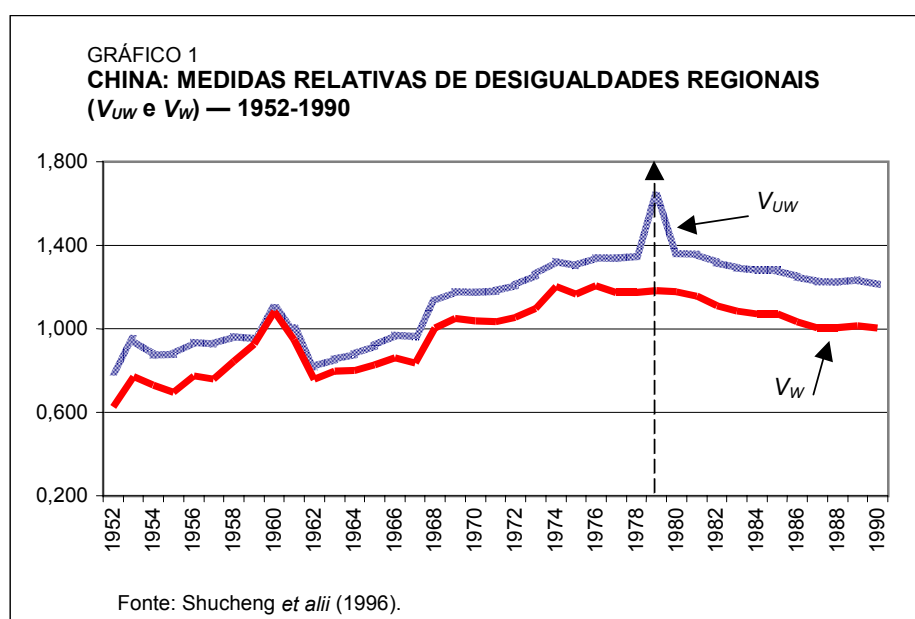
▪ A desigualdade relativa

Quatro índices de mensuração das disparidades na renda nacional *per capita*, comuns na literatura sobre a questão regional, foram calculados e utilizados por Shucheng *et alii* (1996) para 28 províncias chinesas no período 1952-1990: o coeficiente de

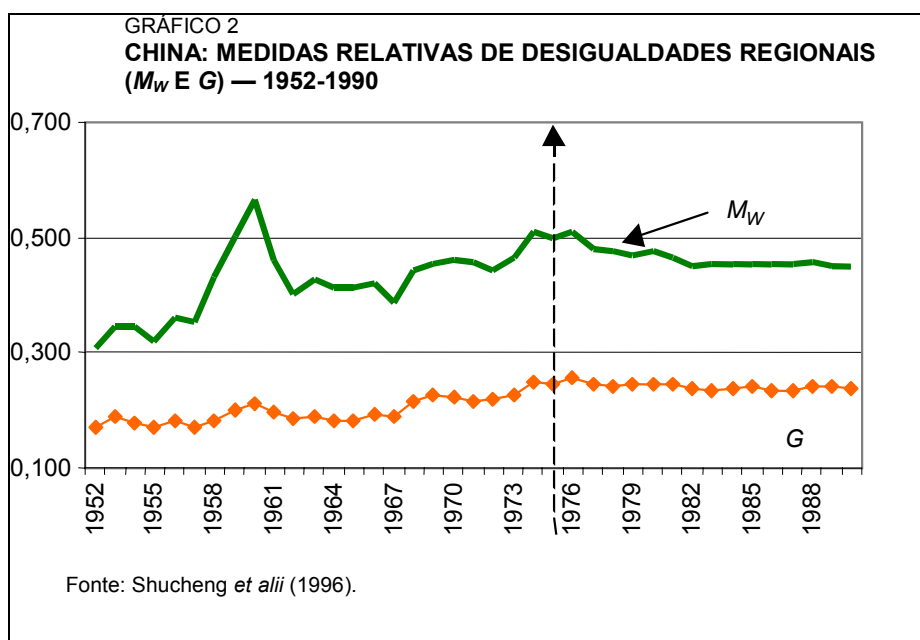
Varição (V_{UW}); o coeficiente Ponderado de Variação (V_W); o coeficiente de Desvio Médio Ponderado (M_W); e o coeficiente de Gini (G).¹⁰ As estimativas dos índices são mostradas nos Gráficos 1 e 2 e os dados originais estão reproduzidos na Tabela A.1 constante no Anexo.

O comportamento das séries de índices aponta para o aumento tendencial das disparidades entre províncias desde 1952, o início da série, até fins dos anos 1970. O coeficiente (V_{UW}) atinge seu máximo em 1979, mas os demais coeficientes atingem seu valor máximo em um mesmo ano, o de 1976. Esse período corresponde à fase de mais forte centralização do planejamento de estado, visando montar as bases do crescimento sustentado da economia nacional. O que importa reconhecer é que as desigualdades tenderam a se expandir até meados da década de 1970 e depois dessa data apresentaram tendência declinante até pelo menos 1990.

Depois da reforma e da abertura para o exterior em 1978, os índices de desigualdades estão, surpreendentemente, apontando para uma possível reversão do padrão de altas disparidades regionais (que não se concretizará como veremos a seguir). De modo sumário, o fato inesperado é que essas estimativas de desigualdades na renda *per capita* entre as províncias mostram um resultado, a princípio, em contrário às determinações governamentais em promover o desenvolvimento equilibrado no país durante a fase de maior intervencionismo estatal e de menor espaço para relações capitalistas, como viria a ocorrer depois de 1978.



10. A estilização matemática dos coeficientes de desigualdade mencionados pode ser consultada no trabalho original dos autores citados.



▪ Reconciliando as duas perspectivas de desigualdade

Como entender e conciliar que a desigualdade absoluta entre as províncias aumentou — com as áreas costeiras consolidando sua posição como aquelas de maior renda *per capita* do país — com o fato de as disparidades relativas interprovinciais demonstrarem certo declínio no período pós-1978?

Em termos práticos, os resultados de disparidades apontados pelos índices estatísticos são muito mais sensíveis a variações que a análise da desigualdade “absoluta” pode revelar. No primeiro caso, a desigualdade refere-se, em simultâneo, à diferença observada *entre todas* as províncias em cada ano. No segundo caso, fizemos ilações pontuais sobre a diferença entre a renda *per capita* de uma província A e outra província B. Logo, nesta última avaliação é possível chegar-se a um resultado em que o diferencial entre a renda superior e a inferior se amplia, em um dado momento do tempo, mas o diferencial entre aquela mesma renda superior e a renda média (ou a renda mediana) pode não ter se ampliado, ou ainda, não tê-lo feito na mesma magnitude que entre a renda superior e a inferior.

No caso em discussão, embora Xangai (a província de maior renda *per capita*) tenha se distanciado de Guizhou (a província de menor renda *per capita*) e também da média nacional, o mesmo não ocorreu para um conjunto amplo de províncias (as de rendas médias). Na Tabela 5 é feita uma comparação entre a renda de três províncias com a de Xangai nos três anos para os quais temos informações. Um padrão pode ser observado e refere-se ao fato de que a distância entre elas e Xangai aumenta entre 1952 e 1979 mas tende a diminuir depois de 1979. Esse comportamento que também se observa para um conjunto amplo de províncias até, pelo menos, a de número 20 (na Tabela 4) explica por que os índices de desigualdades foram mais sensíveis em captar a redução das desigualdades interprovinciais depois de 1979.

TABELA 5
CHINA: COMPARAÇÃO DA RENDA *PER CAPITA* ENTRE PROVÍNCIAS
 [em %]

	1952	1979	1990
Província Nº. 4/Xangai	35,5	24,7	26,3
Província Nº. 14/Xangai	16,3	8,9	10,7
Província Nº. 20/Xangai	14,1	7,0	8,4

Fonte: Tabela 3.1.

3.2 A DESIGUALDADE INTERPROVINCIAL NA DÉCADA DE 1990

Nesse período mais recente, correspondente a anos de mais intensa internacionalização da economia chinesa, o padrão de disparidades volta a mostrar uma vigorosa expansão, distanciando-se do breve período de redução das desigualdades entre fins dos anos 1970 e início dos 1980. A tendência para aumento dos desníveis regionais e interprovinciais no ritmo de desenvolvimento se confirmou plenamente na última década.

Vários são os estudos com dados recentes sobre as províncias chinesas — Démurger *et alii* (2002), Kanbur e Zhang (2001) e Wu (1999) — que mostram as maiores taxas de crescimento se verificando nas províncias costeiras e em algumas outras da região central do país. Esse comportamento definitivamente contribuiu para o alargamento das desigualdades regionais. A liberalização econômica, ao privilegiar os ganhos proporcionados pelas vantagens comparativas regionais, vem reforçando o crescimento econômico nas áreas mais desenvolvidas, com maiores mercados e mais industrializadas, localizadas nas áreas litorâneas, onde se encontram os principais centros urbanos exportadores de bens e serviços.

O elemento que dá dinamismo e sustenta essa tendência de expansão das disparidades regionais na China é, sem dúvida, a nova espacialidade do crescimento econômico em curso, relacionada com a inflexão promovida pelas políticas governamentais de atração do investimento externo a partir de 1992. Uma vez que o IDE vem se concentrando majoritariamente nas províncias costeiras do país, estas têm apresentado um vigor muito superior ao restante das províncias quanto às taxas de crescimento econômico observadas na última década. Segundo Lee e Lee (2002), em 1996 o IDE montou, em média, a cerca de 30% do PIB das províncias da região Costeira — e em Guangdong esse percentual foi de 65,1%; em Fujian, de 56,3%; em Shanghai, de 41,3%; e em Pequim, de 34,5% — enquanto, na média das províncias da região Central, o IDE chegou a apenas 5,9% do PIB regional, e para a região Ocidental foi menor ainda, correspondendo a apenas 3,2% do PIB regional.

A diferenciação na estrutura produtiva entre regiões ao invés de diminuir também tende a aumentar nessa última década. O produto industrial bruto *per capita* do conjunto da região Costeira em número-índice, correspondia a 195,4 em 1985 — admitindo-se o valor médio de 100 para o país como um todo — e em 1996 foi de 179,0. A região Central do país claramente não avançou muito em direção a um maior ritmo de industrialização: o seu produto industrial bruto *per capita* era, em número-índice de 70,0 em 1985, isto é, correspondia a 70% da média nacional, e chegou em 1996 a atingir apenas 65% da média nacional. Trajetória similar ocorreu

com a região Ocidental, de 49% da média nacional em 1985 seu produto industrial bruto *per capita* caiu para 37,4% do total em 1996 [ver Lee e Lee (2002)].¹¹

A Tabela 6 reúne evidências do aumento das disparidades interprovinciais, medidas por diversos indicadores e variáveis, obtidos nos trabalhos citados no parágrafo anterior. Os trabalhos de Démurger *et alii* (2002) e Wu (1999) usam o PIB para averiguar as disparidades. Ambos sinalizam para o crescimento delas no período mais recente, quer sejam incluídas ou não as três províncias-metrópoles de Pequim, Xangai e Tianjin. No entanto, é notável perceber como a inclusão destas no conjunto das províncias altera o nível absoluto do coeficiente de variação cuja magnitude passa a ser duas ou três vezes maior em alguns dos anos estudados.

TABELA 6
CHINA: INDICADORES DE DESIGUALDADES REGIONAIS NA DÉCADA DE 1990

Démurger <i>et alii</i> (2002) ^a	Média 1979-1989	Média 1990-1998	---
Coefficiente de variação (28 províncias)	0,642	0,659	---
Coefficiente de variação (25 províncias) ^d	0,297	0,387	---
<hr/>			
Kanbur e Zhang (2001) ^b	1990	1995	1999
Coefficiente de Gini (%)	23,6	27,1	30,3
Índice de entropia generalizada	0,086	0,114	0,159
<hr/>			
Wu (1999) ^c	1985	1993	1997
Coefficiente de variação (28 províncias)	1,17	1,13	1,2
Coefficiente de variação (25 províncias) ^d	0,41	0,45	0,45

^a Dados de PIB por províncias a preços constantes de 1995.

^b Dados de gastos em consumo por províncias.

^c Dados de PIB por províncias a preços constantes de 1953.

^d Exceto as províncias-municipalidades de Pequim, Xangai e Tianjin.

Diferentemente, o estudo de Kanbur e Zhang (2001) optou por avaliar o nível das disparidades regionais através da variável consumo, ou seja, a parcela do consumo na renda de cada província. Também aqui os dados confirmaram a tendência para aumento das disparidades.

Seja o nível *per capita* de renda nacional, seja a parcela da renda gasta em consumo, as desigualdades interprovinciais estão em uma trajetória de crescimento como resultado, no período mais recente, das políticas de abertura comercial e

11. O fenômeno recente das desigualdades regionais na China não se refere à estagnação econômica de certas províncias em oposição à expansão acelerada de outras. Na verdade, todas as suas províncias estão apresentando crescimento bastante rápido no contexto maior das aceleradas mudanças estruturais em implantação naquele país. O ponto distintivo é que as províncias de mais alto nível de desenvolvimento (medido pelo valor do PIB *per capita*, por exemplo) apresentam no período recente as taxas mais rápidas de crescimento econômico contribuindo para a ampliação do processo de divergência dos níveis de renda *per capita* (ver taxas de crescimento das províncias na Tabela A.1 do Anexo). Mais integradas às correntes de comércio e de investimento internacionais e com sua estrutura empresarial mais privada que estatal — nesses aspectos, opostas às províncias do interior do país — as províncias costeiras estão deixando o restante do país para trás.

produtiva que vêm sendo implementadas de maneira acelerada na China. O crescimento econômico, impulsionado pelos investimentos externos diretos e pelas exportações para o exterior, tem se verificado com maior velocidade nas províncias-metrópoles e nas províncias costeiras do país. As áreas mais distantes da costa, tradicionalmente mais atrasadas em termos de seu potencial produtivo, apesar de esforços em contrário, têm recebido menores estímulos dessa nova onda de expansão econômica.

3.3 O INVESTIMENTO GOVERNAMENTAL E O FLUXO DA RENDA NACIONAL ENTRE PROVÍNCIAS

▪ O investimento do governo nas províncias

Uma vez apresentada a trajetória das disparidades regionais, torna-se oportuno discutir a intensidade e a direção da ação governamental voltada para a redução dos desequilíbrios no desenvolvimento. A compreensão dessa trajetória das disparidades passa pela investigação da fonte de dotação governamental do investimento produtivo e de infra-estrutura.

Foi o objetivo específico da política estatal voltada para o crescimento da economia nacional, que em um primeiro período logrou concentrar recursos na implantação de indústrias pesadas e no processamento de recursos naturais e daí foi capaz de interiorizar amplas camadas de estruturas produtivas, que deu uma contribuição, sem sombra de dúvida, importante para o desenvolvimento regional mais equitativo entre 1953 e 1978; todavia no segundo momento, a partir de 1978, a direção da política logrou estimular os setores produtivos voltados para o processamento de bens leves e de exportáveis situados nas franjas litorâneas do território chinês. Como a partir de 1978 os índices de disparidades apresentaram redução, então se pode inferir que essa forma de crescimento baseada em estímulos externos, ao menos durante algum período, produziu resultados positivos — do ponto de vista da redução das desigualdades espaciais — ao criar estímulos também sobre as economias das províncias situadas no interior do país.

A distribuição regional do investimento governamental é apresentada na Tabela 7 e espelha os comentários do parágrafo anterior. Os percentuais são distribuídos entre as três grandes áreas geográficas: Costeira (ou Oriental), Central e Ocidental.

Para o subperíodo 1953-1980, correspondendo *grosso modo* à fase de maior centralização estatal na economia, a maior parcela do investimento do governo central, de cerca de 42,5%, foi para a área Ocidental do país, justamente a de menor nível de desenvolvimento. À área Costeira foram canalizados 26,9% dos investimentos totais e à área Central 21,9%. No subperíodo 1981-1990, a região Ocidental continuou recebendo maior fração dos investimentos, embora agora em nível menor que o do período anterior. Trinta e dois por cento, aproximadamente, foram destinados a essa última região. Para a região Costeira foram destinados 29,3% e para a região Central, 30,8%.

TABELA 7

CHINA: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO SOB PERÍODOS DE PLANEJAMENTO ESTATAL

[em %]

	Área Costeira	Área Central	Área Ocidental	Outras
1953-1957	34,1	15,9	33,7	16,3
1958-1962	27,6	24,1	42,7	5,6
1963-1965	25,9	23,4	43,9	6,8
1966-1970	21,9	18,9	50,8	8,4
1971-1975	26,4	20,2	43,3	10,1
1976-1980	27,5	24,6	40,1	7,8
1981-1985	29,8	28,6	35,8	5,8
1986-1990	29,1	31,8	30,7	8,4
1953-1980	26,9	21,9	42,5	8,7
1981-1990	29,3	30,8	32,3	7,6

Fonte: Jungwen e Mingtai (1996, p. 55). Tabela reelaborada pelo autor.

O compromisso de criar as bases de um desenvolvimento nacional espacialmente equilibrado esteve bem-fundamentado no Primeiro Plano Quinquenal do governo comunista chinês. Segundo relatado por Jungwen e Mingtai (1996, p. 54), em 1953 o referido plano propunha: “Para mudar o padrão de distribuição desequilibrado entre as regiões, novas bases industriais devem ser estabelecidas. A utilização, modificação e expansão das bases industriais originais é um critério necessário para a criação de novas bases industriais”. Essa orientação de aproveitar-se do potencial de centros industriais preexistentes de modo a impulsionar novos investimentos explica a maior dotação inicial de recursos que a área mais desenvolvida (Costeira) recebeu, de 34,1% do total de investimentos governamentais, entre os anos 1953-1957; seguida muito de perto pela região menos desenvolvida (Ocidental) com 33,7% dos investimentos.

Nos subperíodos posteriores, sob indicação dos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Planos Quinquenais, a orientação do equilíbrio no desenvolvimento regional continuou a permear a política de gastos em investimento que passaram a concentrar-se mais efetivamente no interior do país. A região Ocidental apresentou frações substancialmente mais expressivas que as demais: em 1958-1962, de 42,7% do total; em 1963-1965, de 43,9%; em 1966-1970, de 50,8%; em 1971-1975, de 43,3%; e em 1976-1980, de 40,1%. Mesmo depois do processo de reformas e abertura para o exterior em 1978, os investimentos continuaram a ser canalizados em maior proporção — embora esta proporção já comece a apresentar certo declínio — para o interior do país. A região Ocidental recebeu 35,8% nos anos 1981-1985; e 30,7% no período 1986-1990.

▪ Fluxos interprovinciais de renda

Uma medida simples de avaliação dos fluxos de renda entre regiões pode ser aquela que apresenta a razão da diferença entre a parcela da renda nacional que é *gasta* e a

que é *gerada* em uma dada região, estado ou província de um país. Chama-se essa razão de F . Quando F é positiva, há um influxo (entrada) de renda. Quando F é negativa, há uma saída de renda.¹²

Juhuang *et alii* (1996) calculou a medida F de direção dos fluxos regionais de renda para as províncias chinesas em vários subperíodos entre 1952 e 1989. Os dados são apresentados na Tabela 8 e estão dispostos por agrupamento de grande região do país. Para as províncias que apresentaram um comportamento único da direção do fluxo de renda ao longo de todos os subperíodos, o *status* da medida F é indicado. Para aquelas províncias em que o valor de F ora foi positivo ora negativo, nada é indicado na última coluna da tabela.

A região Costeira tem sete províncias (entre 12) que em todos os subperíodos sempre transferiram renda para outras regiões do país. Nessa mesma região somente Fujian e Guangxi sempre receberam renda de outras províncias, isto é, tiveram a medida F positiva. Os casos de Pequim e Guangdong são aqueles em que ambas as províncias são receptoras de renda no subperíodo inicial (1952-1959), deixam de sê-lo para serem transferidoras de renda entre 1960-1969, 1970-1979 e 1980-1984, e voltam a receber renda do resto do país no último período 1985-1989.

Nas províncias pertencentes à região Central o comportamento de F é menos claro. Somente Heilongjiang e Hunan são sempre transferidoras de renda para outras áreas do país e Jiangxi, contrariamente, sempre recebe recursos do resto do país. Há os casos das províncias que eram transferidoras de renda e passaram ao longo do período a ser receptoras: Shanxi, Mongólia Interior, Jilin e Anhui. Há também a situação contrária de províncias que passaram de receptoras a transferidoras: Henan e Hubei.

A região Ocidental do país, seguramente, é aquela para onde se dirigem mais fortemente os fluxos líquidos de renda do conjunto do país. Das nove províncias aí incluídas, sete são receptoras líquidas de renda em todos os subperíodos considerados.

As informações demonstradas permitem concluir que a tendência geral do fluxo inter-regional da renda nacional dirige-se das províncias costeiras para o interior do país e, portanto, das províncias de mais alta renda para as de mais baixa. Pela magnitude dos coeficientes observados para as municipalidades de Xangai e Tianjin, essas são as regiões costeiras que mais transferem renda para outras áreas do país. As províncias com mais altos coeficientes de F positivos são, no período recente, Qinghai ($F = 0,565$), Tibet ($F = 0,455$), Ningxia ($F = 0,379$) e Xinjiang ($F = 0,308$), todas localizadas na parte mais interior do país.

12. Os autores do trabalho, Juhuang *et alii* (1996), não tornaram evidente a formulação para o indicador de transferências de rendas. No entanto, pode-se pensar em, ao menos, duas versões para ele. Uma que compara o excesso de gastos governamentais em uma dada região com o conjunto das receitas tributárias geradas na própria região, e outra que compara o excesso de gastos com o PIB da região. Ou seja, no primeiro caso, pode-se ter $F = (Gg - Rg) / Rg$, onde a expressão $(Gg - Rg)$ corresponde ao excesso de gasto governamental (Gg) sobre receitas (Rg) obtidas em uma dada região/província. Em outro caso, a formulação para o indicador F pode apresentar a seguinte forma: $F = (Gg - Rg)/PIB$ e permitiria uma conexão explicativa mais direta com a realidade econômica da região (província) recebedora/transferidora da receita fiscal.

TABELA 8

CHINA: INDICADOR (F)^a DA DIREÇÃO DO FLUXO REGIONAL DE RENDA ENTRE PROVÍNCIAS

Província	Região	1952-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1984	1985-1989	Status de F
Shanxi	Central	0,001	-0,093	-0,025	-0,032	0,118	
Mongólia Interior	Central	-0,115	-0,106	0,136	0,296	0,222	
Jilin	Central	-0,026	-0,060	0,009	0,060	0,073	
Heilongjiang	Central	-0,088	-0,147	-0,160	-0,145	-0,027	$F < 0$
Anhui	Central	-0,008	-0,024	-0,023	-0,008	0,009	
Jiangxi	Central	0,003	0,028	0,052	0,047	0,059	$F > 0$
Henan	Central	0,066	0,070	-0,009	-0,031	-0,029	
Hubei	Central	0,084	-0,107	-0,002	-0,097	-0,063	
Hunan	Central	-0,028	-0,067	-0,094	-0,045	-0,004	$F < 0$
Pequim	Costeira	0,547	-0,053	-0,274	-0,154	0,130	
Tianjin	Costeira	-0,337	-0,398	-0,364	-0,303	-0,047	$F < 0$
Hebei	Costeira	0,004	-0,006	-0,070	-0,132	-0,052	$F < 0$
Liaoning	Costeira	-0,171	-0,212	-0,287	-0,217	-0,093	$F < 0$
Xanghai	Costeira	-0,386	-0,568	-0,597	-0,501	-0,153	$F < 0$
Jiangsu	Costeira	-0,092	-0,115	-0,141	-0,145	-0,095	$F < 0$
Zhejiang	Costeira	-0,086	-0,144	-0,093	-0,094	-0,027	$F < 0$
Fujian	Costeira	0,065	0,103	0,106	0,054	0,068	$F > 0$
Shandong	Costeira	-0,022	-0,045	-0,113	-0,086	-0,057	$F < 0$
Guangdong	Costeira	0,043	-0,044	-0,057	-0,024	0,017	
Guangxi	Costeira	0,104	0,118	0,084	0,085	0,103	$F > 0$
Hainan	Costeira	—	—	—	—	0,175	
Sichuan	Ocidental	0,005	0,062	0,088	0,001	0,044	$F > 0$
Guizhou	Ocidental	0,098	0,211	0,412	0,153	0,114	$F > 0$
Yunnan	Ocidental	0,068	0,154	0,215	0,171	0,107	$F > 0$
Tibete	Ocidental	—	—	0,918	0,652	0,455	$F > 0$
Shaanxi	Ocidental	0,116	0,107	0,106	0,117	0,297	$F > 0$
Gansu	Ocidental	0,314	0,185	-0,039	-0,038	0,152	
Qinghai	Ocidental	—	—	0,566	0,542	0,565	$F > 0$
Ningxia	Ocidental	0,172	0,247	0,252	0,278	0,379	$F > 0$
Xinjiang	Ocidental	0,082	0,159	0,400	0,335	0,308	$F > 0$
Média aritmética do módulo de F^b		0,116	0,135	0,196	0,167	0,135	

Fonte: Juhuang *et alii* (1996, p. 438).

^a F = razão da diferença entre a parcela da renda nacional gasta e a produzida. Quando F é positivo, há uma entrada de renda na região i . Quando F é negativo, há uma saída de renda.

^b Média aritmética de todos os valores de F (em módulo, isto é, sempre positivos) das províncias em cada subperíodo, de maneira a captar a intensidade das variações ocorridas nos fluxos.

Obs.: Tabela modificada para a inclusão das colunas região e status de F .

A média aritmética dos valores (em módulo) de F permite constatar que os fluxos de renda entre as regiões do país (do Leste para Oeste) se intensificam entre 1952 e 1979. Depois de 1979 a tendência observada é de clara redução nas magnitudes das trocas inter-regionais de renda, com a média dos valores (em módulo) diminuindo de 0,196 em 1970-1979, para 0,167 em 1980-1984, e para 0,135 em 1985-1989.

Em breve resumo desta seção pode-se destacar que o governo central vem realizando somas bastante razoáveis de dispêndios nas províncias do interior do país desde a década de 1950, entretanto como as desigualdades espaciais não tiveram redução expressiva, pode-se considerar que os volumes governamentais de gastos não foram suficientes para o objetivo proposto. Ademais, uma vez que os fluxos de renda em direção às regiões mais pobres vêm sendo arrefecidos, a ação governamental não tem sido satisfatória para contra-arrestar os efeitos da atratividade que as províncias costeiras exercem sobre a entrada do capital privado externo.

3.4 A DISPONIBILIDADE REGIONAL DE INFRA-ESTRUTURA

A teoria econômica tem dado muita ênfase ao fato de que as regiões melhor dotadas de infra-estrutura relativamente a outras saem na frente na corrida do desenvolvimento econômico, daí os analistas fazerem constantes sugestões de que para reduzir desigualdades regionais é preciso, entre outras medidas, centrar esforços na criação de infra-estrutura, em geral nas áreas menos favorecidas. Por esta última via, o Estado nacional seria capaz de romper com os efeitos de processos de causação acumulativos perniciosos gerados de maneira espontânea por estímulos do mercado.

Ficou patente, pelos argumentos e dados apresentados, que na história recente chinesa a preocupação em promover o desenvolvimento espacial equitativo foi levada em grande conta com a chegada do PCC ao poder, haja vista as frações do investimento governamental destinadas às regiões menos desenvolvidas do país. Cabe perguntar se os montantes de recursos teriam sido suficientes para provocar desequilíbrios estruturais em dimensão tal que o equilíbrio regional pudesse ser alcançado?

Os dados de disponibilidade regional de equipamentos de infra-estrutura podem oferecer algumas pistas para essa indagação. Como as informações referem-se a uma média do período 1985-1998, o retrato da realidade que é permitido vislumbrar é o dos resultados das políticas de investimento realizadas em períodos anteriores. Tem-se, assim, um perfil, *grosso modo*, da distribuição infra-estrutural, voltada para o fortalecimento da atividade produtiva e melhoria da qualidade de vida das populações, resultante dos investimentos regionalmente localizados implementados no passado.

Na Tabela 9 as informações disponibilizadas por província estão agrupadas por grande região geográfica e também dispostas em ordem decrescente de densidade populacional. Permite-se, assim, que um cotejo entre a disponibilidade de equipamentos e o tamanho da população em cada província seja devidamente evidenciado. O quadro obtido é aquele no qual a melhor dotação de infra-estrutura está na região Costeira, seguida pela Central e em último lugar, a região Ocidental. Fica evidente que o conjunto de equipamentos de infra-estrutura de transportes, de telecomunicações e de produção de energia tende a concentrar-se na área Costeira —

que é também a de maior densidade populacional — e vai rareando à medida que se distancia em direção às áreas mais interiores e ocidentais do país.¹³

TABELA 9
CHINA: DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS POR PROVÍNCIA — MÉDIA 1985-1998

Província ^a	Região	Densidade da rede de transportes (km/1.000 km ²)			Telecomunicações (telefones/mil pessoas)	Densidade populacional (km ²)	Produção de eletricidade (kWh/pessoa)	Produção de carvão (t/mil pessoas)
		Ferrovias	Rodovias	Hidrovia				
Henan	Central	13	273	7	14	521	461	1.048
Anhui	Central	12	226	43	16	409	406	636
Hubei	Central	9	259	46	23	294	667	197
Hunan	Central	11	276	48	11	291	393	653
Jiangxi	Central	10	199	29	15	229	357	552
Shanxi	Central	15	214	1	14	189	1.268	9.777
Jilin	Central	19	151	6	36	132	864	1.008
Heilongjiang	Central	11	102	10	31	76	896	2.161
Mongólia Interior	Central	4	38	1	19	19	957	2.410
Xangai	Costeira	42	547	370	139	2.193	2.620	-
Tianjin	Costeira	42	370	15	90	798	1.275	-
Pequim	Costeira	58	617	-	149	665	1.114	859
Jiangsu	Costeira	7	245	231	45	660	727	357
Shandong	Costeira	14	301	12	23	547	646	803
Zhejiang	Costeira	9	310	104	50	418	672	31
Guangdong	Costeira	4	372	61	59	360	796	137
Hebei	Costeira	17	252	-	25	327	748	1.085
Liaoning	Costeira	24	276	3	44	271	1.192	1.315
Fujian	Costeira	9	350	32	38	250	594	289
Hainan	Costeira	6	401	10	26	199	291	2
Guangxi	Costeira	7	163	19	13	183	356	237
Sichuan	Ocidental	5	173	15	12	192	383	687
Guizhou	Ocidental	8	178	10	9	187	456	1.298
Shaanxi	Ocidental	9	188	4	20	161	560	1.018
Yunnan	Ocidental	4	154	3	14	96	419	628
Ningxia	Ocidental	8	125	6	27	72	1.416	2.931
Gansu	Ocidental	5	76	-	11	50	845	750
Xinjiang	Ocidental	1	17	-	17	9	558	1.443
Qinghai	Ocidental	2	23	-	21	6	1.194	620
Média Nacional		13	237	37	35	338	798	1.134

Fonte: Démurger (2001). Tabela modificada pelo autor com a inclusão da coluna região.

^a As províncias estão classificadas de acordo com: primeiro, a região à qual pertencem e, em segundo lugar, de acordo com a sua densidade populacional.

13. As características naturais da topografia do país contribuem enormemente para a desigualdade na dotação de infraestrutura. Sobre a geografia do país Démurger *et alii* (2002, p. 8) notam que "(...) a China se assemelha a uma escadaria de três degraus que vai diminuindo no sentido do oeste para leste [isto é, do ocidente para as áreas costeiras]. Começa com a altura de 4.000 metros no Platô Qinghai-Tibet no oeste, alcança [em descenso] os planaltos e bacias na região central que têm por volta de 1.000 a 2.000 metros acima do nível do mar, e termina com as planícies que têm altura inferior a 1.000 metros."

Na região Costeira, as municipalidades de Xangai, Pequim e Tianjin, grandes metrópoles nacionais, elevam muito a média regional de dotação de infra-estrutura. Essas três cidades estão muito bem servidas de rodovias, hidrovias, ferrovias e também de telefones. A média nacional, por exemplo, de telefones para cada grupo de mil habitantes é de 35; em Pequim, a capital do país, a oferta é de 149 por mil; e em Xangai é de 139 por mil. Na área Ocidental, todas as províncias têm ainda um número de telefones por mil habitantes abaixo da média nacional, o mesmo ocorrendo para a sua dotação de rodovias, hidrovias e ferrovias.

Mesmo admitindo-se que as três municipalidades citadas são atípicas para serem comparadas às demais províncias, os resultados das desigualdades, se elas forem retiradas da amostra — que diminui em intensidade relativa — continua em desfavor das províncias ocidentais do país. A densidade da rede de transportes permanece ainda muito baixa nas províncias mais remotas como Ningxia, Mongólia Interior e Xinjiang.

Conforme sugere Démurger (2001), os gastos em investimento realizados ao longo do período pré-reforma não foram suficientes para modificar o quadro de desigualdades regionais. Com a ênfase no desenvolvimento de indústrias pesadas e na auto-suficiência provincial durante as décadas de 1950 e 1960, a expansão da rede de transportes tendeu a favorecer a região Norte/Noroeste da China. “Mais especificamente, eles [referindo-se aos investimentos] favoreceram o desenvolvimento de ferrovias *versus* outros tipos de transportes, para carregar grandes quantidades de matéria-prima e recursos a baixos preços por quilômetro das províncias ricas em recursos naturais, por exemplo, a produção de carvão de Shanxi, para as províncias industriais ao Norte do país” (*op. cit.*, p. 98).

No período mais recente, desde os anos 1980, na política de construção de infra-estrutura, o governo central e os provinciais têm voltado a atenção para a montagem de uma rede mais ampla de rodovias. Os resultados em termos de disponibilidade regional, no entanto, mostram o desenvolvimento desigual que vem ocorrendo, comandado pelo processo de reformas, entre as províncias costeiras e as não-costeiras, em desfavor dessas últimas.

3.5 A CONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA

Um dos fatores mais importantes para a explicação das crescentes disparidades regionais na China é, sem dúvida, a grande mudança nas estruturas produtivas que está ocorrendo nas últimas três ou quatro décadas. O país está deixando de fundar sua economia nas atividades agrícolas para consolidar, paulatinamente, uma base industrial desenvolvida.

Essa estrutura industrial que vem, de maneira acelerada, sendo montada tem se localizado majoritariamente nas províncias costeiras do país. O grande estímulo para que os efeitos de aglomeração possam se verificar está na própria política de “portas abertas” de desenvolvimento nacional, cuja contribuição tem sido estimular a grande maioria dos ramos industriais da economia chinesa a se localizar preferencialmente em áreas costeiras.

De um conjunto de 18 ramos industriais investigados por Fujita e Hu (2001), os quais em 1989 detinham cerca de 90% do Valor Bruto da Produção (VBP) somente aqueles mais voltados para a base de recursos naturais é que ainda apresentam uma distribuição regional mais equânime e situados em províncias do interior do país.

Tomando para análise dois indicadores calculados pelos referidos autores — o primeiro, a razão entre o VBP das províncias costeiras e o VBP das províncias do interior (que será chamada aqui de *razão Costeira/Interior* no VBP); e o segundo, a participação percentual das quatro (4) maiores províncias no VBP de cada ramo industrial — tem-se uma boa perspectiva para avaliar o grau de concentração da produção industrial.

Os resultados apresentados na Tabela 10 dão solidez para a afirmação de que parte das causas explicativas para as disparidades regionais está na concentração espacial da atividade industrial. Um grupo de ramos industriais se destaca dos demais, o *fortemente aglomerado*, (segundo a denominação usada no trabalho original), composto por têxteis, vestuário, mobiliário, fibras, maquinário, equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, metálicos, e borrachas e plásticos. Esses ramos apresentaram, cada um, uma razão Costeira/Interior de 2,5 vezes ou mais, e também a participação das quatro maiores províncias no total do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) em cada ramo foi superior a 45%. Ambos os coeficientes mostraram tendência firme de aumento das desigualdades entre os anos pesquisados de 1985, 1989 e 1994.

TABELA 10
CHINA: INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL POR RAMOS

	1985	1991	1994		1985	1991	1994
Alimentos, bebidas e tabaco				Processamento de petróleo			
Top 4 particip. (%)	31,11	31,75	36,58	Top 4 particip. (%)	55,02	49,61	47,14
Razão Costeira/Interior	0,98	1,12	1,25	Razão Costeira/Interior	1,93	2,03	2,08
Mobiliário				Fibras químicas			
Top 4 particip. (%)	34,44	40,65	48,20	Top 4 particip. (%)	62,39	59,00	64,59
Razão Costeira/Interior	1,50	1,78	2,56	Razão Costeira/Interior	4,05	3,70	4,70
Papel				Borracha e plástico			
Top 4 particip. (%)	30,21	31,74	40,16	Top 4 particip. (%)	39,17	44,34	52,26
Razão Costeira/Interior	1,37	1,52	1,88	Razão Costeira/Interior	2,31	2,63	3,26
Farmacêutica				Têxtil			
Top 4 particip. (%)	36,96	36,23	38,76	Top 4 particip. (%)	48,06	51,01	58,32
Razão Costeira/Interior	1,62	1,60	1,91	Razão Costeira/Interior	2,33	2,65	3,27
Processamento de ferrosos				Vestuário			
Top 4 particip. (%)	51,26	45,40	43,65	Top 4 particip. (%)	37,82	49,93	60,36
Razão Costeira/Interior	1,43	1,54	1,73	Razão Costeira/Interior	2,04	3,75	6,80
Processamento não-ferrosos				Química			
Top 4 particip. (%)	39,39	30,79	34,88	Top 4 particip. (%)	38,32	36,41	41,08
Razão Costeira/Interior	0,90	0,83	0,96	Razão Costeira/Interior	1,69	1,71	1,95
Produtos não-metálicos				Maquinário			
Top 4 particip. (%)	33,18	35,95	42,00	Top 4 particip. (%)	39,24	39,26	46,35
Razão Costeira/Interior	1,32	1,50	1,81	Razão Costeira/Interior	1,66	1,80	2,40
Metálicos				Elétricos			
Top 4 particip. (%)	39,37	42,53	47,18	Top 4 particip. (%)	46,27	48,75	53,66
Razão Costeira/Interior	2,09	2,48	3,01	Razão Costeira/Interior	2,51	2,66	3,58
Equipamentos de transportes				Eq. eletrônico/telecomunicação			
Top 4 particip. (%)	37,84	35,98	40,64	Top 4 particip. (%)	52,29	56,21	58,94
Razão Costeira/Interior	1,02	1,33	1,49	Razão Costeira/Interior	3,18	3,54	4,96

Fonte: Fujita e Hu (2001). Tabela adaptada do original.

Outro grupo de ramos industriais, chamado apenas de *aglomerado*, se destacou porque não mostrou uma razão Costeira/Interior muito alta e também a participação percentual das quatro maiores províncias não foi destacada. Ocorre, no entanto, que tais indicadores estão crescendo, ou seja as desigualdades espaciais aqui tendem a aumentar. Os ramos são: alimentos, bebidas e tabaco, papel, química, farmacêutica, equipamentos de transportes e produtos não-metálicos.

Por fim, um terceiro grupo denominado *fracamente aglomerado* composto pelos ramos de: processamento de ferrosos, processamento de não-ferrosos e processamento de petróleo. Nesses três a razão Costeira/Interior para o VBPI foi decrescente, o mesmo ocorrendo para a participação relativa das quatro maiores províncias.

Entre as províncias que mais aparecem entre as quatro maiores em vários ramos industriais estão Xangai, Jiangsu, Guangdong e Shandong, todas da área Costeira do país. Mas não somente esse aspecto é preocupante. Na verdade a concentração da produção na área Costeira está ficando cada vez mais acentuada, especialmente depois de 1990.

Esse processo concentrador tem sido “puxado” pela expansão do comércio internacional e do IDE. De um lado, pode-se perceber que os ramos de têxteis e vestuário, grandes exportadores da economia chinesa, estão fortemente concentrados na Costa ainda que a despeito de serem intensivos em trabalho. De outro lado, os ramos de elétrica e eletrônica, grandes absorvedores de IDE bem como grandes exportadores, também têm se concentrado na área Costeira, com mais vigor depois de 1990.

Sem sombra de dúvida, contribuem para esse perfil de concentração produtiva as conexões da economia chinesa com as economias do Sudeste Asiático e do Pacífico que têm se tornado muito mais fortes na década de 1990. Pode-se imputar que as relações comerciais e financeiras entre países tão próximos geograficamente não deverão arrefecer em qualquer cenário que se queira pensar para a China, e isso ocorre dados o tamanho e o potencial de crescimento dos países asiáticos.

Sobre isso está claro que desde a década de 1950 a Ásia tornou-se a área da economia mundial de mais expressivo crescimento e vem superando todas as outras regiões. Em 1950 a região tinha 18,5% do PIB mundial, participação que tem duplicado desde então. De modo bastante distinto e exemplificador desse potencial produtivo regional, um conjunto de apenas sete países asiáticos formado pela própria China, e por Hong Kong, Malásia, Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia, tem sido o elemento mais dinâmico da economia mundial. A renda agregada desse seletivo grupo de países era de US\$ 5,9 trilhões [*purchasing power parity* (PPP) — paridade do poder de compra] em 1999, que é mais que o dobro da renda do Japão (US\$ 2,6 trilhões) no mesmo ano [Maddison (2001)].

4 ELEMENTOS DA POLÍTICA REGIONAL

Um dos princípios adotados pelo PCC para desenvolver o país depois de 1949 foi o de que a bem-sucedida experiência soviética de investimentos maciços na indústria pesada deveria ser copiada. Ademais, cada província deveria também ser auto-suficiente economicamente não somente na produção de alimentos mas também na

produção industrial. Daí porque os relativamente mais altos gastos governamentais nas províncias do interior do país (ver Tabela 6) durante as décadas de 1950 e 1960; insuficientes, no entanto, para diminuir um quadro já histórico de diferenças regionais cristalizadas no mais elevado nível de desenvolvimento de províncias situadas na área costeira do país.

Foi somente em fins da década de 1970 que as províncias costeiras passaram a deslocar proporcionalmente mais investimentos para si. Com o início do processo de abertura da economia para maior integração com as correntes de comércio e investimentos exteriores, essas províncias se tornaram o alvo preferencial de uma nova política nacional de desenvolvimento que tem privilegiado as vantagens comparativas regionais já estabelecidas.

Aqui, portanto, operou-se uma inflexão no direcionamento da política de desenvolvimento regional. Desde os anos 1950 até 1978, o governo central procurou administrar os recursos nacionais de maneira a garantir o desenvolvimento equitativo das suas várias regiões com maciços investimentos em infra-estrutura e plantas industriais nas províncias do interior do país. Com a política de “portas abertas”, promovida por Deng Xiaoping, o eixo do crescimento econômico passou a se deslocar para as regiões costeiras do país com mais aptidão para realizar a inserção da China nas correntes do comércio e investimentos externos.

Por causa do formato da política de abertura posta em ação, o conjunto da região Costeira terminou por atrair para si cerca de 87,8% do total do estoque de IDE do período 1983-1998; à região Central coube apenas 8,9% do total e a região Ocidental mais distante do litoral, por sua vez, obteve a pequena fração de 3,3% do estoque total de IDE [Taube (s.d.)].

No início, a política de abertura (*open door policy*) esteve restrita a somente duas províncias, Guangdong e Fujian e, pouco a pouco, ela foi “afrouxada” para incorporar outras novas províncias da área costeira ao longo da década de 1980, primeiro, e as do interior do país, posteriormente. O instrumento que materializou a política foi a criação de zonas econômicas abertas, as ZEEs, que ofereciam aos investidores externos tratamento tributário especial, isenções fiscais e facilidades nas regulamentações trabalhistas. As tarifas alfandegárias também discriminavam a favor das ZEEs quando da importação de equipamentos, matéria-prima e outros fatores de produção.

Segundo Démurger *et alii* (2002) a implementação de políticas preferenciais voltadas para o desenvolvimento regional pode ser vista como ocorrendo em três estágios:¹⁴

a) Início dos anos 1980. São criadas as primeiras ZEEs de Zhuhai, Shenzhen e Shantou em Guangdong e de Xiamen em Fujian, províncias litorâneas — mas ainda largamente rurais e agrícolas à época — posicionadas geograficamente próximas a Macau, Hong Kong e Taiwan.

b) Meados dos anos 1980. Em 1984, mais áreas costeiras são incorporadas à política de abertura, com a designação de Cidades Costeiras Abertas (14 no total)

14. Para uma descrição pormenorizada dos anos de criação das ZEEs, ver também a Tabela A.3.

que, por sua vez, deveriam estabelecer suas próprias Zonas de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico (ZDTEs).

Em 1985, o governo cria as Zonas Econômicas Costeiras Abertas no delta do Rio das Pérolas, no Delta do Rio Yang-tse-Kiang e em Fujian.

Em 1988, foi criado o Cinturão Costeiro Aberto (Liaoning, Shandong, Guangxi e Hebei) contendo as províncias costeiras imediatamente nas imediações, ao norte e ao sul de Pequim, a capital administrativa e importante metrópole do país.

Em 1990, foi criada a Nova Área Xangai Pudong, que uniu o potencial industrial e comercial de Xangai com os investimentos governamentais na nova área vizinha de Pudong.

c) Início dos Anos 1990. A política de abertura é estendida para todo o país a partir de 1992. Dez novas zonas econômicas abertas foram criadas em grandes cidades ao longo do Rio Yang-tse-Kiang. Neste mesmo ano 13 Zonas de Cooperação Econômica Costeira também foram instituídas.

Todas as capitais das províncias do interior do país e das regiões autônomas passaram a gozar de *status* favorecido da política de abertura.

Mais cinco ZDTEs foram criadas em 1992, acrescidas de mais 12 em 1993, e de outras duas em 1994.

Houve, em decorrência dessas várias medidas, uma expansão muito forte na criação de zonas econômicas abertas, amplamente voltadas para a atração de IDE cujo montante de US\$ 0,6 bilhão em 1983 passou para US\$ 1,3 bilhão em 1984, chegando a US\$ 4,4 bilhões em 1991 e a US\$ 11,0 bilhões em 1992. Necessário ressaltar que a política inicial para o estímulo à entrada do IDE levou à criação de “enclaves” produtivos dentro da economia nacional. As empresas de investimento externo que aportaram no país estavam separadas do resto da economia chinesa dos pontos de vista geográfico, organizacional e também legal. As províncias que obtiveram mais benefícios desses investimentos foram as da área costeira do país, cujas taxas de crescimento, em vários anos recentes, se mantiveram acima da média nacional, contribuindo assim para a divergência das rendas regionais.¹⁵

A política de “portas abertas” que começou a ser implementada em 1978 deve sua concretização ao Sexto e Sétimo Planos Quinquenais, respectivamente, de 1981-1985 e 1986-1990, os quais foram orquestrados em direção à estratégia de crescimento desigual pelo uso das vantagens comparativas regionais. No entanto, um refluxo desse tipo de direcionamento da política regional já está a caminho e outra fase da política regional se constituindo no momento mais recente pelo retorno à equidade. Segundo reconhecem Fujita e Hu (2001, p. 19): “Fortes críticas e

15. Para Fujita e Hu (2001, p. 13), a localização dos investimentos apresentou um perfil bastante concentrado no que tange ao seu aspecto regional. Na verdade, escreveram os autores que no período: “(...) 1984-1993, mais de 80% do IDE destinaram-se para a área costeira e 42% deles estiveram concentrados em 18 cidades costeiras (quatro zonas econômicas especiais costeiras (ZES) e 14 cidades costeiras ‘abertas’)”. Mesmo quando vista a distribuição do IDE entre as províncias a disparidade também revelou-se muito acentuada. Guangdong, localizada no Delta do Rio das Pérolas nas imediações de Hong Kong, absorveu cerca de metade do IDE do país durante a década de 1980. Na década de 1990, na qual tais investimentos tiveram um crescimento muitíssimo pronunciado, essa província sozinha ainda foi responsável por quase ¼ do total [Taube [s.d.]].

reclamações de teor político resultaram na adoção de novas políticas voltadas para o desenvolvimento regional mais igualitário no Oitavo Plano Quinquenal de 1990-95. (...). O recentemente aprovado Nono Plano Quinquenal de 1996-2000 basicamente desistiu da política de desenvolvimento desigual e incitou, ao contrário, o desenvolvimento das províncias do interior.”

No Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) o ataque às desigualdades já tomou consistência com o lançamento pelas autoridades governamentais da Estratégia de Desenvolvimento da Região Grande Ocidente. Conforme os apontamentos de Taube (s.d.) o propósito é de realizar um ambicioso esforço para conduzir o investimento estatal, a *expertise* do exterior, empréstimos externos e capital privado para as regiões chinesas mais necessitadas. São seis as províncias abraçadas pela estratégia definida (Gansu, Guizhou, Qinghai, Shaanxi, Sichuan e Yunnan), mais cinco regiões autônomas (Guangxi, Inner Mongólia, Ningxia, Tibete, e Xinjiang) e uma municipalidade (Chongqing).

Torna-se evidente, portanto, que o estrato político de maior representação naquele país tende a reconhecer, pelas medidas recentemente tomadas visando ao crescimento espacialmente equilibrado, que estabelecer diretrizes nacionais de desenvolvimento voltadas para a obtenção das maiores vantagens comparativas regionais estimuladas unicamente pelo mercado mundial, pode ser uma estratégia em que a fragmentação da nação como unidade política se torne o elemento indesejado resultante, porque as desigualdades regionais, pessoais e de qualquer nível entre os cidadãos tendem a ser exacerbadas nesse contexto.

Se, de um lado, é notável que o movimento dos capitais produtivos em direção às áreas costeiras esteve e ainda está subordinado fortemente às políticas nacionais de desenvolvimento, o que vem de fato operando impedimentos para a minoração das disparidades espaciais nas oportunidades de desenvolvimento, de outro lado, também o movimento da mão-de-obra (o fator trabalho) tem sido amplamente cerceado pelo conjunto de restrições governamentais à migração dentro do país.

Dois foram os métodos mais utilizados para controlar a migração do campo para as cidades no país, sendo utilizados conjuntamente: o sistema comunal e o *hukou*. O primeiro visava garantir os meios de fixação da população no campo e para tal passou a estabelecer que os ganhos dos produtores rurais viriam a depender de sua participação diária na produção coletiva, isto é, cada produtor tornou-se membro de uma equipe de produção coletiva com todos os incentivos e obrigações que isso implica; e os custos de oportunidade para migrar ficaram muito altos.¹⁶

Com o segundo instrumento, o *hukou*, caracterizado como uma espécie de passaporte local, o governo passou a alocar habitação e empregos, a racionar comida e outras necessidades, tornando assim quase impossível para as pessoas sem o *hukou* local viver em áreas urbanas. Nesse sistema, tanto a residência quanto a cidadania

16. A mudança de *status* de residência permanente implica custos muitas vezes bem elevados para as pessoas. A decisão de abandonar uma vila rural e mudar-se para a cidade significa também abdicar dos direitos de propriedade da terra agricultável — a qual pode estar em mãos da família há décadas — sem nenhum tipo de compensação. Ou, do mesmo modo, quando a pessoa trabalha para uma empresa industrial rural, perde direitos sobre os lucros distribuídos [Au e Henderson (2004)].

local de uma pessoa passam a ser vistas como um direito de nascimento, o qual é definido pelo lugar materno de residência.

Pode-se afirmar, entretanto, que o sistema de controle de migração teve — e assim continua até o presente — como seu mais importante instrumento, o chamado *hukou*. Esse sistema de registro domiciliar foi criado em 1951, logo após a revolução comunista, mas não intencionava controlar rigidamente a mobilidade das pessoas no território. Na verdade, conforme sugeriu Zhao (2003), o governo somente partiu para intensificar o sistema *hukou* e restringir fortemente a mobilidade da população, inclusive a migração rural-urbana, nos anos 1960, depois do colapso do Grande Salto Adiante e do episódio da Grande Fome, a qual foi responsável por cerca de 30 milhões de mortes.

O propósito do governo foi então buscar a ampliação da produção no campo e, para isso, manter a população na área rural era decisivo. Além do que os aspectos ideológicos, derivados das doutrinas maoístas e contrários ao desenvolvimento das grandes cidades (vistas como males do capitalismo a serem evitados), vieram reforçar a aplicação de impedimentos à migração rural-urbana.

O passaporte local apresenta certas variações nas regras e direitos assegurados para os residentes urbanos e para os rurais. A residência legal em uma cidade, por exemplo, permite o acesso a empregos urbanos — seja no setor industrial seja nos serviços — permanentes, habitação regular, escola pública e serviço de saúde. Já a residência legal em uma vila dá direitos a terras para cultivo, à habitação, à oportunidade de empregos em empresas rurais, bem como o acesso ao sistema de saúde e escolar nas zonas rurais.

Apesar da rigidez do sistema de registro domiciliar, existem alguns mecanismos através dos quais uma pessoa pode modificar sua “cidadania” local e, portanto, migrar para outros lugares que não aquele de origem de nascimento. A educação é um deles. Uma pessoa do campo que tenha conseguido galgar um curso universitário poderá ser admitida em um emprego urbano e assim obter o *hukou* urbano. O outro mecanismo provém do próprio Estado através de permissões para que fábricas façam ofertas de trabalho permanente para pessoas vindas do campo; ou por meio de permissão para a reunificação familiar; ou ainda ao permitir a migração das áreas rurais para o entorno de pequenas cidades.

Os objetivos governamentais de tentar deter o crescimento das cidades foram, em seu início, perfeitamente atingidos com os controles impostos à migração. O nível de urbanização do país, que já era baixo às vésperas da Revolução de 1949 (de apenas 11,7%), continuou em um patamar reduzido nas décadas seguintes: com 19,3% em 1960 e atingindo o baixo nível de urbanização de 14,5% em 1978, como efeito da aplicação mais rigorosa do *hukou* a partir de meados da década de 1960.

Nas últimas décadas, principalmente depois da “abertura” para o exterior em 1978, as restrições vêm sendo diminuídas. A própria criação das ZEEs e a expansão do setor não-estatal têm contribuído para a expansão da demanda por migrantes nas áreas urbanas. Estatísticas coletadas por Zhang (2003) apontam para um horizonte de efervescência de ondas migratórias no país: em 1989 o total de migrantes rurais teria

sido de 8,9 milhões; em 1992 atingiu o patamar de 13,8 milhões; em 1995 chegou a 24,5 milhões; e em 1998, aos 26,7 milhões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal lição dessa investigação sobre algumas das modificações por que vem passando um país complexo como a China é a da importância do papel do Estado nas estratégias que visam ao desenvolvimento. Os apontamentos da sua história têm sinalizado para um longo período de estagnação econômica entre, pelo menos, 1820 e 1949, resultante da ausência de um Estado nacional unificado e preparado para enfrentar os obstáculos que se interpõem na construção das mudanças estruturais exigidas pelas sociedades modernas.

Entendendo as experiências de desenvolvimento nacional como eventos com especificidades e singularidades sócio-históricas não desprezíveis em cada país, o caso chinês tem demonstrado que a tarefa histórica do desenvolvimento moderno demandou a revolução socialista para que o Estado nacional pudesse ser construído a contento. Desde então o crescimento econômico, sob direção centralmente planejada, tem estado vigoroso nesse país.

Para desenvolver suas estruturas produtivas, foi inicialmente dada muita ênfase à indústria pesada. A infra-estrutura em termos de transportes e comunicações também foi prestigiada, de modo a se constituir em instrumento facilitador da expansão industrial. Com esses propósitos iniciais, os rumos gerais do desenvolvimento nacional deram, e não poderia ser diferente, forma específica ao desenvolvimento regional. Para a construção de uma potência industrial — nos moldes da exitosa experiência da União Soviética à época — as potencialidades naturais de cada região deveriam ser impulsionadas, daí as áreas mais ricas em recursos naturais (terras agricultáveis, ferro, aço etc.) do centro do país e as mais industrializadas, situadas na região Costeira, terem passado a expandir-se em ritmo mais veloz.

Contrariamente ao que vários analistas vêm assinalando, o crescimento acelerado na economia chinesa não se deu única e exclusivamente por causa da adoção de políticas de abertura comercial e de intercâmbio amplo com o exterior (a *open door policy* adotada em 1978). Quando vista em perspectiva de mais largo prazo — como bem mostram os dados de Maddison para o período 1820-1998 —, a economia chinesa, tendo apresentado *performance* generalizada de muito baixo crescimento entre 1820 e 1950, passou a experimentar, a partir da consolidação de seu estado nacional com a revolução socialista em 1949, uma trajetória de crescente e firme expansão de sua estrutura produtiva, deixando para trás definitivamente sua longa fase de prostração econômica. *O crescimento econômico acelerado, portanto, não teve início a contar das reformas de 1978 mas, na verdade, somente pôde ocorrer porque, três décadas antes, a consolidação do Estado nacional, em 1949, pavimentou o caminho para o seu aparecimento.*

Esse resultado é de fato desconcertante para muitos estudiosos das chamadas economias em transição do socialismo para o capitalismo. As mudanças que estão se operando na complexa sociedade chinesa pouco se assemelham ao que ocorre nos países do Leste Europeu, por exemplo. Nesses países, o processo de redemocratização

política vem se dando com profunda estagnação econômica. Na China, entretanto, um poder político forte e centralizado está comandando de forma exitosa a mais celebrada experiência de crescimento econômico, via estímulos do mercado capitalista, de uma nação nos tempos recentes.

Já há quem assuma que o conhecimento atual sobre a interação entre reformas políticas e reformas econômicas ainda está em fase muito precária. Nem todos cantam a vitória de que os regimes políticos democráticos são sempre mais bem equipados para a produção do bem-estar social e econômico em moldes capitalistas. Nolan e Ash (1995, p. 997) ponderam sobre esse fato analisando o caso da ex-União Soviética comparativamente à China: “Se nossa análise estiver correta, a principal fonte do resultado contrastante sob o sistema de reformas na China e na Rússia deve ser a diferença na escolha das políticas. (...) *Não seria demais afirmar que o contraste na escolha de políticas aplica-se não somente a considerações estritamente econômicas mas também à relação mais ampla entre a reforma política e a econômica.*” (grifo meu).¹⁷

Em uma tentativa de síntese dos principais aspectos do desenvolvimento regional constatou-se que esforços governamentais foram despendidos para evitar o agravamento das disparidades regionais. Frações relevantes dos gastos de investimento foram alocadas para as províncias distantes a oeste do país, as mais pobres, como pôde ser comprovado pelas informações deste trabalho. A direção predominante no fluxo da renda nacional na China tem sido do leste para oeste, isto é, das áreas costeiras e de maior nível de renda para as áreas do interior e de menor nível de renda.

Uma questão intrigante ainda resta nessa discussão: a despeito dos esforços realizados pelo governo através de uma política de investimentos que privilegiou a grande região Ocidental do país, por que as disparidades regionais não puderam ser reduzidas?

Em primeiro lugar, pode-se arriscar afirmar, a partir do perfil regional dos equipamentos de infra-estrutura econômica — concentrados nas províncias costeiras do país e, principalmente, nas províncias-cidades de Xangai, Pequim e Tianjin — que os investimentos realizados não foram suficientes para promover o equilíbrio nas oportunidades de crescimento.

17. Uma importante afirmação desses mesmos autores sobre quão pouco se sabe, ainda, acerca da interação entre reformas políticas e econômicas, não pode deixar de ser mencionada. Dizem eles: “Em resumo, a falha soviética origina-se primariamente no abraço total às políticas ‘ortodoxas de transição’ na reforma política (perestroika e glasnost) e à mudança econômica subsequente (terapia de choque) advogada por conselheiros e consultores estrangeiros, e por seus congêneres domésticos na URSS e na Federação Russa. Em contraste, o sucesso da reforma na China origina-se primariamente na sua recusa em implementar as políticas ‘ortodoxas de transição’, as quais eram também cobradas como urgentes aos seus líderes durante a década de 1980. *Nesse meio tempo, a manutenção de um sistema político autoritário permitiu o desenvolvimento gradual das forças de mercado, facilitou a estabilidade fiscal, criou um ambiente estável para os fluxos de capitais externos em larga escala e gerou um meio de intervenção em áreas de falhas de mercado.*” [Nolan e Ash (1995, p. 997-998)] (grifo meu).

O campo para investigação sobre as reformas políticas parece estar apenas se abrindo, com vários autores descortinando perspectivas profícuas. Por exemplo, Gallagher (2002) faz uma instigante apreciação sobre as reformas econômicas (abertura) na China indagando por que não levaram a rupturas no sistema político. Sua tese é de que esse processo de democratização política tem sido *atrasado (delayed)* por conta do êxito na condução do crescimento econômico acelerado, o que tem reduzido os conflitos entre os vários grupos políticos nacionais, mas isso não significa, alerta a autora, que modificações nas instituições políticas em direção à democracia não estejam em curso.

Durante o período em que o planejamento governamental era mais centralizado e a economia, mais fechada para o exterior, entre 1949 e 1978, as disparidades chegaram mesmo a aumentar, o que indica que os desígnios das políticas nacionais mais amplas voltadas para a construção da indústria pesada impuseram os limites à desconcentração regional da atividade produtiva.

No período pós-reformas, entretanto, as desigualdades relativas entre as províncias apresentaram, por breve período, de meados dos anos 1980 até início dos 1990, sinais de redução. No restante dos anos da década de 1990, fase de globalização acelerada da economia chinesa, as desigualdades voltaram a se expandir. A tônica da política nacional foi criar zonas industriais voltadas para os mercados externos. Com mais liberalização financeira e comercial e mais incentivos de mercado determinando a concretização de negócios produtivos, as decisões governamentais sobre a realização de investimentos tenderam a se estreitar. O perfil do desenvolvimento no espaço está sendo definido, mais e mais, pela determinação de associar-se às correntes de comércio internacional.

Ainda é possível argumentar que parte do insucesso em atingir maior equidade espacial no desenvolvimento foi resultante das próprias políticas setoriais adotadas pelo governo. Em geral as indústrias de processamento atingiram uma proporção maior da estrutura industrial das áreas costeiras e o setor primário permaneceu dominante, relativamente, na região Ocidental. Em face dessa distribuição espacial concentrada pode-se considerar que a política, implementada durante anos, de preços represados para os produtos primários (com destaque para os preços agrícolas) e elevados para os produtos manufaturados, resultou em um verdadeiro fluxo inverso de renda, das áreas de menor para as de maior desenvolvimento, contra-arrestando os efeitos diretos da política regional que buscavam operar no sentido da equidade.

Alguns desafios podem ser vislumbrados para o futuro das desigualdades regionais na China e esses desafios estão estreitamente associados ao papel que o governo virá (ou não) a desempenhar. Em primeiro lugar, o volume relativo do fluxo da renda nacional apresenta indicações de ser fortemente afetado pela habilidade do governo central em controlar a economia. Quando a economia planejada centralmente tinha um papel mais proeminente, entre 1950 e 1980, o governo central exerceu um controle muito forte e por isso ocorreu um relativamente grande volume de fluxos na renda nacional. Posteriormente, quando arrefeceu o controle central sobre a economia, a intensidade do fluxo de renda nacional também se reduziu.

Essa questão do controle do governo central sobre o fluxo de renda tenderá a ter um papel mais importante no futuro das desigualdades. Se a economia de mercado tende a assumir posição mais proeminente nos destinos nacionais, então o fluxo da renda nacional das áreas costeiras para as do interior, das áreas de alta renda para as de baixa renda, deverá ser substancialmente reduzido. Pode-se mesmo pensar, dadas as condições em que opera o mercado capitalista, que o fluxo poderá apresentar direção inversa: do interior para a região Costeira, das províncias de menor nível de desenvolvimento para as de maior nível.

Em segundo lugar, a despeito do feito admirável de contar com quase 4% do comércio mundial e uma parcela ascendente do PIB global, a China deverá se

defrontar com alguns desafios estruturais de relevância ainda não inteiramente avaliada. Está-se falando da mudança no *mix* de produtos exportáveis que tenderá a se modificar para acompanhar as exigências do mercado mundial. Se a China planeja redirecionar sua produção para uma especialização maior, passando de produtos intensivos em trabalho para produtos mais sofisticados e de mais alto valor agregado, um volume considerável de investimentos em recursos humanos e infra-estrutura será requerido nos próximos 10 ou 20 anos. Cabe especular que papel o governo ainda poderá desempenhar nesse empreendimento e, se o fizer, que papel destinará às regiões de menor nível de desenvolvimento dentro do país.

Também segue como incógnita para os anos vindouros o comportamento do fluxo de IDE no sentido de sua contribuição para manter as altas taxas de crescimento no país como um todo, uma vez reconhecido o seu caráter de instabilidade em uma conjuntura de crescente financeirização e liberalização dos movimentos de capitais das economias nacionais. Recentemente, em 1997 e 1998, uma séria recessão atingiu vários países do Sudeste Asiático — e a China não ficou incólume a esse acontecimento —, motivada por uma fuga muito expressiva de capitais. O fenômeno tomou a forma de um forte refluxo nos capitais de curto e médio prazos com que especulavam em mercados imobiliários e títulos públicos, criando-se bolhas de ativos financeiros. Quando a confiança dos investidores começou a enfraquecer, ocorreu uma já esperada e não desejada fuga para investimentos mais seguros em outras praças (*flight to quality* no jargão da comunidade financeira).

A trajetória ascendente de crescimento econômico observada naqueles países — considerados até então como extremamente sólidos em seus fundamentos macroeconômicos por amplos setores do sistema financeiro internacional — foi rapidamente desmontada, levando à bancarrota importantes setores empresariais nativos. As taxas de crescimento do PIB *per capita* para os anos de 1997, 1998 e 1999 para os países a seguir mostram a violência da crise gerada no mercado financeiro internacional em sua busca por ganhos de curtíssimo prazo. Em Hong Kong elas foram, respectivamente, nos três anos referidos, de 2,1%, -7,8%, e 0,8%; na Malásia, 5,4%, -8,7% e 3,2%; na Coreia do Sul, 3,8%, -6,7%, e 9,6%; na Tailândia, -1,4%, -8,9% e 3,1%; no Japão, 1,2%, -3,1% e 0,1%; e na própria China, 5,4%, 4,8% e 4,6% [Maddison (2001)].

Essas informações apontam para o fato de que contar com o IDE, a qualquer preço, inclusive com liberalização irrestrita dos fluxos de capitais, pode ser muito pernicioso para a estratégia chinesa de manter, por um longo período à frente, suas altas taxas de crescimento.

ANEXO

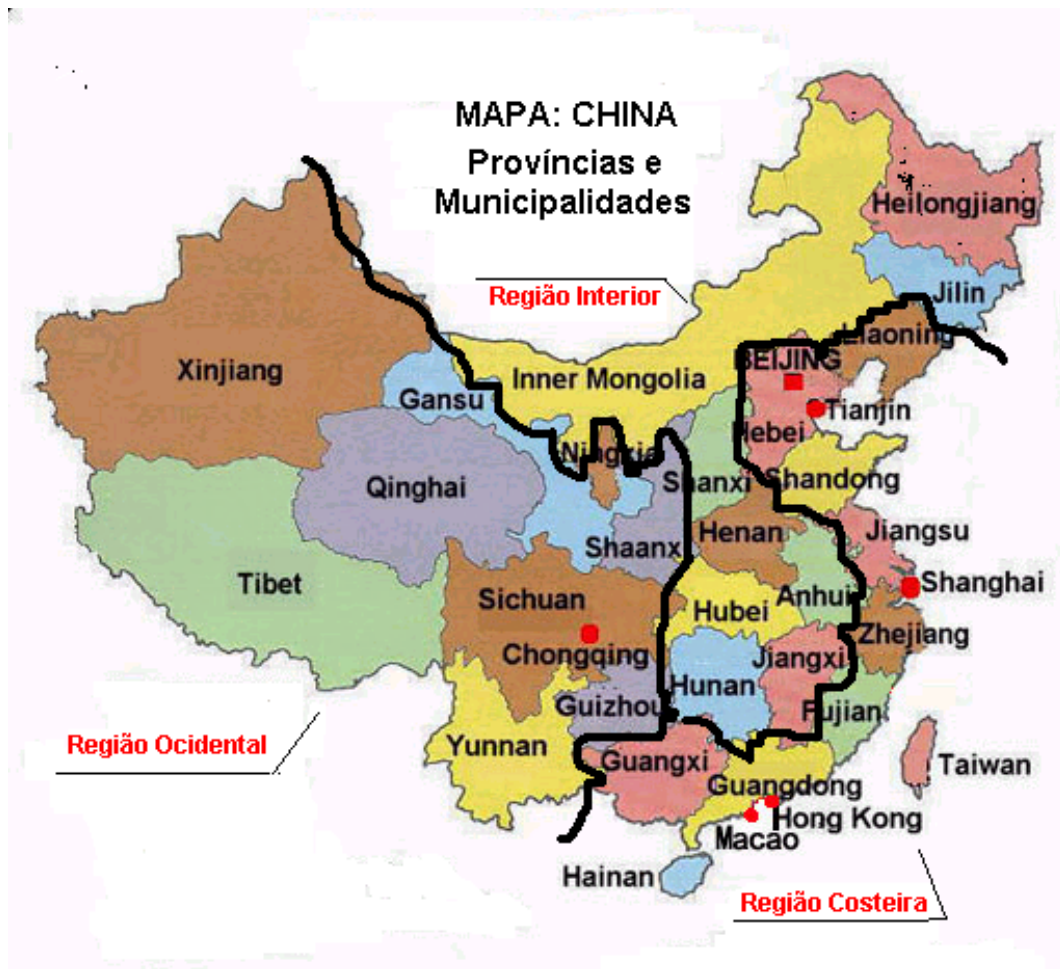


TABELA A.1

CHINA: POPULAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB *PER CAPITA*, POR PROVÍNCIAS E GRANDES REGIÕES

Províncias	Regiões	População ^a 1998	População Província/Total (%)	Taxas anuais de crescimento do PIB <i>per capita</i>		
				1953-1998	1953-1978	1979-1998
Henan	Central	93.150.000	7,6	4,9	1,8	8,4
Anhui	Central	61.840.000	5,0	4,0	1,6	8,0
Hubei	Central	59.070.000	4,8	4,4	1,4	8,1
Hunan	Central	65.020.000	5,3	4,0	1,5	7,0
Jiangxi	Central	41.910.000	3,4	3,5	0,8	8,0
Shanxi	Central	31.720.000	2,6	3,9	1,4	6,9
Jilin	Central	26.440.000	2,1	4,0	0,8	8,3
Heilongjiang	Central	37.730.000	3,1	3,5	1,0	6,3
Mongólia Interior	Central	23.450.000	1,9	3,9	0,7	7,8
Região Central		440.330.000	35,8			
Xangai	Costeira	14.640.000	1,2	5,7	3,4	8,2
Tianjin	Costeira	9.570.000	0,8	5,5	3,0	8,0
Pequim	Costeira	12.460.000	1,0	5,8	3,0	8,0
Jiangsu	Costeira	71.820.000	5,8	5,9	2,3	10,3
Shandong	Costeira	88.380.000	7,2	5,9	2,5	10,0
Zhejiang	Costeira	44.560.000	3,6	5,5	1,5	10,5
Guangdong	Costeira	71.430.000	5,8	5,4	1,5	11,5
Hebei	Costeira	65.690.000	5,3	4,5	1,2	8,4
Liaoning	Costeira	41.570.000	3,4	4,9	2,6	7,8
Fujian	Costeira	32.990.000	2,7	5,1	0,9	10,8
Hainan	Costeira	7.530.000	0,6	--	--	10,0
Guangxi	Costeira	46.750.000	3,8	4,5	2,6	7,2
Região Costeira		507.390.000	41,2			
Sichuan ^c	Ocidental	84.930.000	6,9	4,3	0,6	7,5
Guizhou	Ocidental	36.580.000	3,0	3,1	-0,4	6,5
Shaanxi	Ocidental	35.960.000	2,9	4,6	1,9	7,8
Yunnan	Ocidental	41.440.000	3,4	4,4	1,7	8,0
Ningxia	Ocidental	5.380.000	0,4	4,3	2,8	6,5
Gansu	Ocidental	25.190.000	2,0	4,5	2,2	7,4
Xinjiang	Ocidental	17.470.000	1,4	4,1	0,2	8,7
Qinghai	Ocidental	5.030.000	0,4	3,6	2,6	7,1
Chongqing	Ocidental	30.600.000	2,5	--	--	--
Região Ocidental		282.580.000	23,0	--	--	--
Soma		1.230.300.000	100,0	--	--	--
Total nacional ^b		1.248.100.000	--	--	--	9,0

Fontes: Para população: *China Statistical Yearbook* (1999) — <http://www.stats.gov.cn/yearbook/1999/>. Para taxas de crescimento do PIB *per capita*: Démurger *et alii* (2002).

^a Exclui a população de Hong Kong, Macau e Taiwan no total nacional.

^b Pessoal militar incluído no total nacional mas excluído dos totais regionais.

^c Dados de Chongqing incluídos em Sichuan para taxas de crescimento do PIB.

TABELA A.2

CHINA: MEDIDAS DE DISPARIDADES REGIONAIS NA RENDA NACIONAL — 1952-1990

	V_{UW}	V_W	M_W	G
1952	0,793	0,627	0,309	0,170
1953	0,949	0,771	0,347	0,188
1954	0,874	0,731	0,346	0,178
1955	0,878	0,697	0,320	0,171
1956	0,935	0,774	0,361	0,181
1957	0,926	0,760	0,353	0,171
1958	0,963	0,847	0,432	0,183
1959	0,952	0,927	0,504	0,200
1960	1,097	1,083	0,565	0,213
1961	1,000	0,948	0,460	0,198
1962	0,819	0,756	0,403	0,185
1963	0,853	0,796	0,427	0,191
1964	0,876	0,799	0,414	0,183
1965	0,918	0,829	0,413	0,183
1966	0,969	0,862	0,421	0,193
1967	0,962	0,836	0,388	0,188
1968	1,132	1,003	0,443	0,215
1969	1,178	1,048	0,454	0,225
1970	1,175	1,038	0,463	0,222
1971	1,179	1,035	0,457	0,215
1972	1,208	1,053	0,442	0,220
1973	1,257	1,098	0,465	0,228
1974	1,323	1,203	0,510	0,249
1975	1,303	1,167	0,499	0,247
1976	1,341	1,205	0,509	0,255
1977	1,336	1,174	0,480	0,244
1978	1,346	1,174	0,478	0,243
1979	1,636	1,184	0,468	0,244
1980	1,359	1,177	0,478	0,247
1981	1,356	1,157	0,465	0,244
1982	1,316	1,112	0,450	0,237
1983	1,291	1,086	0,454	0,236
1984	1,281	1,072	0,453	0,237
1985	1,281	1,070	0,454	0,240
1986	1,248	1,035	0,454	0,236
1987	1,227	1,007	0,454	0,236
1988	1,223	1,006	0,459	0,240
1989	1,235	1,014	0,450	0,240
1990	1,212	1,002	0,452	0,238

Fonte: Sucheng *et alii* (1996, p.103-104).

V_{UW} = coeficiente de variação.

V_W = coeficiente ponderado de variação.

M_W = coeficiente de desvio-padrão ponderado.

G = coeficiente de Gini.

TABELA A.3
CHINA: CRIAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS PREFERENCIAIS — 1979-1994

Ano de aprovação	Número e tipo de zonas abertas	Localização
1979	3 Zonas econômicas especiais	Guangdong
1980	1 Zona econômica especial	Fujian
1984	14 Cidades costeiras abertas	Liaoning, Hebei, Tianjin, Shandong, Jiangsu, Xangai, Zhejiang, Fujian, Guangdong e Guangxi
	10 Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico	Liaoning, Hebei, Tianjin, Shandong, Jiangsu, Zhejiang e Guangdong
1985	1 Zona de desenvolvimento econômico e tecnológico	Fujian
	3 Zonas econômicas abertas costeiras	Delta do Rio das Pérolas, delta do Rio Yang-tse-Kiang e Fujian
1986	2 Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico	Xangai
1988	Cinturão costeiro aberto	Liaoning, Shandong, Guangxi e Hebei
	1 Zona econômica especial	Hainan
	1 Zona de desenvolvimento econômico e tecnológico	Xangai
1990	Nova área de Pudong	Xangai
1992	13 Áreas limítrofes em grandes cidades portuárias costeiras	Tianjin, Guangdong, Liaoning, Shandong, Jiangsu, Zhejiang, Fujian e Hainan
	10 Grandes cidades ao longo do Rio Yang-tse-Kiang	Jiangsu, Anhui, Jiangxi, Hunan, Hubei e Sichuan
	13 Zonas de cooperação econômica fronteiriças	Jilin, Heilongjiang, Mongólia Interior, Xinjiang, Yunnan e Guangxi
	Todas as capitais das províncias interiores e as regiões Autônomas	
	5 Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico	Fujian, Liaoning, Jiangsu, Shandong e Zhejiang
1993	12 Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico	Anhui, Guangdong, Hubei, Liaoning, Sichuan, Fujian, Jilin e Zhejiang
1994	2 Zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico	Pequim e Xinjiang

Fonte: Démurger *et alii* (2002).

BIBLIOGRAFIA

- A HISTORICAL COMPENDIUM OF STATISTICAL DATA ON ALL PROVINCES AUTONOMOUS REGIONS, AND MUNICIPALITIES.* 1949-1989.
- AU, C.-C., HENDERSON, J. V. *How migration restrictions limit agglomeration and productivity in China.* Brown University, 2004, mimeo.
- CHAN, R., TIEW-TUNG, H., LUK, C. *China's regional economic development.* Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1996.
- CHINA STATISTICAL YEARBOOK.* 1999. Acessível em: <http://www.stats.gov.cn/yearbook/ml/1999_e.htm>.
- DÉMURGER, S. Infrastructure development and economic growth: an explanation for regional disparities in China? *Journal of Comparative Economics*, n. 29, p. 95-117, 2001.
- DÉMURGER, S. *et alii.* *Geography, economic policy and regional development in China.* Cambridge: Massachusetts, National Bureau of Economic Research, 2002 (Working Paper, 8.897). Acessível em:<<http://www.nber.org/papers/w8897>>.
- FAN, C. C. Of belts and ladders: state policy and uneven regional development in post-Mao China. *Annals of the Association of America Geographers*, v. 85, n. 3, p. 421-449, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO.* Caderno Dinheiro, fl. B4, 9 de fevereiro de 2003.
- FUJITA, M., DAPENG, H. Regional disparity in China 1985-1994: the effects of globalization and economic liberalization. *Annals of Regional Science*, n. 35, p. 3-37, 2001.
- GALLAGHER, M. E. Reform and openness — why China's economic reforms have delayed democracy. *World Politics*, v. 54, n. 3, p. 338-372, 2002.
- GUSTAFSSON, B., LI, S. The anatomy of rising earnings inequality in urban China. *Journal of Comparative Economics*, n. 29, p. 118-135, 2001.
- _____. Income inequality within and across countries in rural China 1988 e 1995. *Journal of Comparative Economics*, n. 69, p. 179-204, 2002.
- HUANG, Y. *Selling China — foreign direct investment during the reform era.* Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2003.
- JUHUANG, H. *et alii.* The inter-regional flow of national income in China. In: CHAN, R., TIEN-TUNG, H., CHIU-MING, L. (eds.). *China's Regional Economic Development.* Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1996.
- JUNGWEN, L., MINGTAI, F. The comparison of China's regional economic structure before and after the economic reforms and open door period. In: CHAN, R., TIEN-TUNG, H., CHIU-MING, L. (eds.). *China's Regional Economic Development.* Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1996.
- KANBUR, R., ZHANG, X. *Fifty years of regional inequality in China: a journey through revolution, reform and openness.* Cornell University, 2001, mimeo.

- LEE, S.-C., LEE, K.-B. *Inward investment and the transformation of regional economies in China*. 2002, mimeo. Acessível em: <<http://scholar.google.com>>.
- MADDISON, A. *The world economy — a millennial perspective*. Paris: OECD, Development Centre Studies, 2001.
- MICHALSKI, W., MILLER, R., STEVENS, B. China in the 21st century: an overview of the long-term issues. *China in the 21st Century — Long-Term Global Implications*. Paris: OECD, 1996.
- NBR SPECIAL REPORT*. *China's WTO accession: the road to implementation*. Washington: Seattle, Nov. 2002 (The National Bureau of Asian Research, 3). Acessível em: <<http://www.nbr.org>>.
- NOLAN, P., ASH, R. F. China's economy on the eve of reform. *The China Quarterly*, n. 144, p. 980-998, 1995.
- PERKINS, D. History, politics, and the sources of economic growth: China and the East Asian way of growth. In: FUMIO, I. (ed.). *China in the twenty-first century: politics, economy, and society*. Tokyo, Japan: United Nations University Press, 1997.
- SHUCHENG, L. *et alii*. China's regional income disparities — measurement, analyses and policy recommendations. In: CHAN, R., TIEN-TUNG, H., CHIU-MING, L. (eds.). *China's Regional Economic Development*. Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1996.
- SPENCE, J. D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TAUBE, M. *Foreign investment in China's regional development: experiences from the coastal belt and policy challenges for the Western territories*. Germany: University of Duisburg, Faculty of Economics, mimeo (s.d.).
- WAN, G., LU, M., CHEN, Z. *Globalization and regional income inequality in China*. Wider Conference on Sharing Global Prosperity, 2003. Acessível em: <<http://www.wider.unu.edu/conference>>.
- WONG, K. Introduction to the symposium: greater China and the world economy. *Journal of Comparative Economics*, n. 29, p. 310-313, 2001.
- WU, Y. *Income disparity and convergence in China's regional economies*. University of Western Australia, Department of Economics, 1999, mimeo. Acessível em: <<http://www.econs.eccl.uwa.edu.au/econs/staff/wu.htm>>.
- ZHAO, Z. *Rural-urban migration in China — what do we know and what do we need to know?* Peking University, China Center for Economic Research, 2003, mimeo.
- ZHENG, K., QING, L., SHUCHANG, Q. *The core and periphery analysis of China's regional economies*. In: ROGER, C., TIEN-TUNG, H., CHIU-MING, L. (eds.). Hong Kong: Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1996.